

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	13
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	14
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	15
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	16
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	17
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	18
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	78
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	83
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	85
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	86
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	15.527
Preferenciais	23.044
Total	38.571
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	2.122.793	2.200.098
1.01	Ativo Circulante	77.516	81.961
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	32.030	30.006
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.526	6.976
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.526	6.976
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	42.960	44.979
1.01.08.03	Outros	42.960	44.979
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	42.941	42.941
1.01.08.03.03	Outros Créditos	19	2.038
1.02	Ativo Não Circulante	2.045.277	2.118.137
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	140.340	145.415
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	121.443	121.443
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	121.226	121.226
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	217	217
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	9.462	15.191
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	4.262	4.262
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	5.200	10.929
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	9.435	8.781
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	9.435	8.781
1.02.02	Investimentos	1.896.540	1.964.198
1.02.02.01	Participações Societárias	1.896.540	1.964.198
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	33.223	30.958
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.739.008	1.814.395
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	124.309	118.845
1.02.03	Imobilizado	60	61
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	60	61
1.02.04	Intangível	8.337	8.463
1.02.04.01	Intangíveis	8.337	8.463
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	8.337	8.463

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	2.122.793	2.200.098
2.01	Passivo Circulante	50.256	54.746
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	834	899
2.01.01.01	Obrigações Sociais	834	899
2.01.01.01.01	Encargos Sociais	834	899
2.01.02	Fornecedores	1.497	1.285
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.497	1.285
2.01.03	Obrigações Fiscais	63	4.684
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	61	4.684
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	61	192
2.01.03.01.03	PIS/COFINS	0	4.492
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2	0
2.01.05	Outras Obrigações	47.862	47.878
2.01.05.02	Outros	47.862	47.878
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	47.646	47.657
2.01.05.02.04	Outros Passivos Circulantes	216	221
2.02	Passivo Não Circulante	7.890	7.890
2.02.04	Provisões	7.890	7.890
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.263	1.263
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.263	1.263
2.02.04.02	Outras Provisões	6.627	6.627
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	6.627	6.627
2.03	Patrimônio Líquido	2.064.647	2.137.462
2.03.01	Capital Social Realizado	1.017.700	1.017.700
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	929.133	929.133
2.03.04.01	Reserva Legal	112.433	112.433
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	810.232	810.232
2.03.04.10	Dividendos à Disposição da AGO	6.468	6.468
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-64.826	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	182.324	190.313

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-73.377	-181.734
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-6.105	-8.764
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	18	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-67.290	-172.970
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-73.377	-181.734
3.06	Resultado Financeiro	562	1.007
3.06.01	Receitas Financeiras	1.060	1.390
3.06.02	Despesas Financeiras	-498	-383
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-72.815	-180.727
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-72.815	-180.727
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-72.815	-180.727
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-1,7814	-4,6855
3.99.01.02	PN	-1,9595	-4,6855
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-1,7814	-4,6855
3.99.02.02	PN	-1,9595	-4,6855

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	-72.815	-180.727
4.03	Resultado Abrangente do Período	-72.815	-180.727

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-4.062	-9.145
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-5.399	-8.292
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do IRPJ e da CSLL	-72.815	-180.727
6.01.01.02	Depreciação e amortização	494	380
6.01.01.03	Resultado da Equivalência Patrimonial	67.290	172.970
6.01.01.06	Despesas com Juros e Variações Monetárias	-368	-915
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.337	-853
6.01.02.02	Outros ativos	2.020	957
6.01.02.03	Fornecedores	212	-1.321
6.01.02.04	Salários e Encargos Sociais	-65	-39
6.01.02.05	Tributos a pagar	-4.621	-442
6.01.02.06	Outros Passivos	-5	-3
6.01.02.09	Tributos a recuperar	4.450	0
6.01.02.11	Depósitos Judiciais	-654	-5
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	-24.300
6.02.04	Integralização de Capital de Partes Relacionadas	0	-9.000
6.02.05	Adiantamento a Partes Relacionadas	0	-15.300
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	6.086	6.000
6.03.01	Partes Relacionadas	6.097	6.000
6.03.02	Dividendos Pagos	-11	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.024	-27.445
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	30.006	37.869
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	32.030	10.424

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.017.700	316	929.133	0	190.313	2.137.462
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.017.700	316	929.133	0	190.313	2.137.462
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-64.826	-7.989	-72.815
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-72.815	0	-72.815
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	7.989	-7.989	0
5.05.03.02	Realização do Custo Atribuído	0	0	0	7.989	-7.989	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.017.700	316	929.133	-64.826	182.324	2.064.647

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.017.700	316	740.203	0	19.114	1.777.333
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.017.700	316	740.203	0	19.114	1.777.333
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-172.746	-7.981	-180.727
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-180.727	0	-180.727
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	7.981	-7.981	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	7.981	-7.981	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.017.700	316	740.203	-172.746	11.133	1.596.606

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-500	-1.752
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-518	-1.752
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	18	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-500	-1.752
7.04	Retenções	-494	-380
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-494	-380
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-994	-2.132
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-66.230	-171.580
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-67.290	-172.970
7.06.02	Receitas Financeiras	1.060	1.390
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-67.224	-173.712
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-67.224	-173.712
7.08.01	Pessoal	5.364	6.942
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.364	6.942
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	222	70
7.08.02.01	Federais	222	70
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	5	3
7.08.03.01	Juros	5	3
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-72.815	-180.727
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-72.815	-180.727

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	5.960.375	5.627.763
1.01	Ativo Circulante	2.080.010	1.674.070
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	447.631	664.506
1.01.03	Contas a Receber	857.111	788.205
1.01.03.01	Clientes	731.182	659.186
1.01.03.01.01	Clientes	1.083.715	1.013.828
1.01.03.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-352.533	-354.642
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	125.929	129.019
1.01.04	Estoques	10.925	11.958
1.01.06	Tributos a Recuperar	75.870	98.957
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	75.870	98.957
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	688.473	110.444
1.01.08.03	Outros	688.473	110.444
1.01.08.03.03	Dividendos a Receber	2.771	2.771
1.01.08.03.04	Outros Créditos	685.702	107.673
1.02	Ativo Não Circulante	3.880.365	3.953.693
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.260.735	3.300.173
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	121.443	121.443
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	121.226	121.226
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	217	217
1.02.01.03	Contas a Receber	8.884	10.130
1.02.01.03.01	Clientes	6.732	7.170
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.152	2.960
1.02.01.06	Tributos Diferidos	290.365	316.517
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	290.365	316.517
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	9.462	15.191
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	4.262	4.262
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	5.200	10.929
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.830.581	2.836.892
1.02.01.09.03	Tributos a Recuperar	12.786	10.418
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	145.212	143.761
1.02.01.09.05	Ativo Indenizatório - Concessão	2.672.583	2.682.713
1.02.02	Investimentos	189.499	181.471
1.02.02.01	Participações Societárias	189.499	181.471
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	65.190	62.626
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	124.309	118.845
1.02.03	Imobilizado	215.716	221.129
1.02.04	Intangível	214.415	250.920
1.02.04.01	Intangíveis	214.415	250.920
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	196.995	233.192
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	17.420	17.728

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	5.960.375	5.627.763
2.01	Passivo Circulante	1.937.024	1.491.660
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	103.401	109.474
2.01.01.01	Obrigações Sociais	103.401	109.474
2.01.02	Fornecedores	999.908	557.854
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	999.908	557.854
2.01.03	Obrigações Fiscais	124.480	167.486
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	46.980	84.470
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	20.756	47.633
2.01.03.01.02	PIS/COFINS	20.791	28.652
2.01.03.01.03	Outros	5.433	8.185
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	75.943	82.667
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.557	349
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	256.608	204.317
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	244.940	199.686
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	244.940	199.686
2.01.04.02	Debêntures	11.668	4.631
2.01.05	Outras Obrigações	282.765	280.254
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	9.885	14.263
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	9.885	14.263
2.01.05.02	Outros	272.880	265.991
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	47.646	47.657
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	173.911	174.621
2.01.05.02.05	Outros Passivos Circulantes	51.323	43.713
2.01.06	Provisões	169.862	172.275
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	169.862	172.275
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	169.862	172.275
2.02	Passivo Não Circulante	1.958.704	1.998.641
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	455.206	477.355
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	156.712	178.953
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	156.712	178.953
2.02.01.02	Debêntures	298.494	298.402
2.02.02	Outras Obrigações	126.011	114.634
2.02.02.02	Outros	126.011	114.634
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	123.536	112.159
2.02.02.02.05	Outros Passivos Não Circulantes	2.475	2.475
2.02.03	Tributos Diferidos	11.913	13.633
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11.913	13.633
2.02.04	Provisões	1.365.574	1.393.019
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.314.040	1.341.485
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	29.522	29.522
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	75.341	75.612
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	855.982	887.214
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	353.195	349.137
2.02.04.02	Outras Provisões	51.534	51.534

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	51.534	51.534
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.064.647	2.137.462
2.03.01	Capital Social Realizado	1.017.700	1.017.700
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	929.133	929.133
2.03.04.01	Reserva Legal	112.433	112.433
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	810.232	810.232
2.03.04.10	Dividendos à Disposição da AGO	6.468	6.468
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-64.826	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	182.324	190.313

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.300.394	1.278.719
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.247.140	-1.290.618
3.03	Resultado Bruto	53.254	-11.899
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-129.521	-194.185
3.04.01	Despesas com Vendas	-38.234	-38.147
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-80.224	-96.367
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-19.180	-66.506
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	8.117	6.835
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-76.267	-206.084
3.06	Resultado Financeiro	45.996	9.542
3.06.01	Receitas Financeiras	71.029	28.313
3.06.02	Despesas Financeiras	-25.033	-18.771
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-30.271	-196.542
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-42.544	15.815
3.08.01	Corrente	-18.113	-2.975
3.08.02	Diferido	-24.431	18.790
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-72.815	-180.727
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-72.815	-180.727
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-72.815	-180.727
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-1,7814	-4,6855
3.99.01.02	PN	-1,9595	-4,6855
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-1,7814	-4,6855
3.99.02.02	PN	-1,9595	-4,6855

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-72.815	-180.727
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-72.815	-180.727
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-72.815	-180.727

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-204.103	-173.001
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	62.556	-101.908
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do IRPJ e da CSLL	-30.271	-196.542
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	54.359	51.589
6.01.01.03	Ganho ou Perda na Alienação de Ativo Imobilizado e Intangível	0	6.745
6.01.01.04	Resultado da Equivalência Patrimonial	-8.117	-6.835
6.01.01.06	Despesas com Juros e Variações Monetárias	12.856	7.084
6.01.01.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-20.217	-10.732
6.01.01.09	Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	-2.109	-29.084
6.01.01.10	Juros Pagos	-6.438	-6.742
6.01.01.11	Contingências	3.787	53.626
6.01.01.12	Atualização do Ativo Financeiro	-40.727	3.929
6.01.01.13	Realização de Provisão para Perdas	-7.043	-7.041
6.01.01.14	Provisão para Passivo Atuarial	18.715	32.095
6.01.01.16	Ganhos ou Perdas em Participações Societárias	-279	0
6.01.01.17	Baixa de Ativo Indenizatório	87.219	0
6.01.01.18	Baixa de Ativo Imobilizado/Intangível	821	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-266.659	-71.093
6.01.02.02	Contas a Receber	-66.359	141.653
6.01.02.03	Outros Ativos	-577.220	-69.493
6.01.02.04	Depósitos Judiciais	-1.451	7.699
6.01.02.05	Fornecedores	442.054	-106.220
6.01.02.06	Salários e Encargos Sociais	-6.073	-5.032
6.01.02.07	Tributos a pagar	-40.902	17.163
6.01.02.08	Taxas Regulamentares	10.667	-16.305
6.01.02.09	Outras Variações nos Ativos e Passivos	0	1.181
6.01.02.11	Estoques	1.033	1.904
6.01.02.12	Obrigações com Benefícios a Empregados	0	-40.900
6.01.02.13	Tributos a Recuperar	20.719	-2.743
6.01.02.14	Outros Passivos	3.233	0
6.01.02.15	Passivo Atuarial	-52.360	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-42.214	-64.692
6.02.01	Aquisições de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	-42.214	-59.882
6.02.06	Aquisição de participação acionária	0	-4.810
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	29.442	151.403
6.03.01	Partes Relacionadas	6.097	6.000
6.03.02	Amortização de Empréstimos	-65.277	-59.342
6.03.03	Ingressos de Empréstimos	88.633	188.402
6.03.05	Dividendos Pagos	-11	0
6.03.06	Resgate de Fundos de Investimento	0	16.343
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-216.875	-86.290
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	664.506	172.740
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	447.631	86.450

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.017.700	316	929.133	0	190.313	2.137.462	0	2.137.462
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.017.700	316	929.133	0	190.313	2.137.462	0	2.137.462
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-64.826	-7.989	-72.815	0	-72.815
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-72.815	0	-72.815	0	-72.815
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	7.989	-7.989	0	0	0
5.05.03.02	Realização do Custo Atribuído	0	0	0	7.989	-7.989	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.017.700	316	929.133	-64.826	182.324	2.064.647	0	2.064.647

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.017.700	316	740.203	0	19.114	1.777.333	0	1.777.333
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.017.700	316	740.203	0	19.114	1.777.333	0	1.777.333
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-172.746	-7.981	-180.727	0	-180.727
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-180.727	0	-180.727	0	-180.727
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	7.981	-7.981	0	0	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	7.981	-7.981	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.017.700	316	740.203	-172.746	11.133	1.596.606	0	1.596.606

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	1.861.213	1.813.802
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.807.835	1.735.078
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	51.225	49.640
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	2.153	29.084
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.194.413	-1.303.816
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.086.546	-1.109.061
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-63.685	-145.115
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	7.043	0
7.02.04	Outros	-51.225	-49.640
7.02.04.01	Custos Referentes a Construção de Ativos Permanentes	-51.225	-49.640
7.03	Valor Adicionado Bruto	666.800	509.986
7.04	Retenções	-54.359	-51.589
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-54.359	-51.589
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	612.441	458.397
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	79.146	35.148
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	8.117	6.835
7.06.02	Receitas Financeiras	71.029	28.313
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	691.587	493.545
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	691.587	493.545
7.08.01	Pessoal	129.356	165.317
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	604.944	490.184
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	30.102	18.771
7.08.03.01	Juros	24.540	18.771
7.08.03.02	Aluguéis	5.562	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-72.815	-180.727
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-72.815	-180.727

1. Investimentos

Os investimentos realizados em imobilizado, intangível e participações em PCHs pela Companhia no primeiro trimestre de 2014 chegaram a R\$63,4 milhões ante R\$70,1 milhões em 2013, sendo 9,57% inferior ao mesmo período do ano anterior, conforme evidenciado no quadro a seguir:

Investimento	31 de março 2014		31 de março 2013		Análise Horizontal
	R\$	%	R\$	%	
Distribuição de Energia Elétrica	63.092	99,46%	59.689	85,08%	5,70%
Geração de Energia Elétrica	345	0,54%	10.465	14,92%	-96,70%
Total	63.437	100%	70.154	100%	-9,57%

2. Mercado Acionário

As ações preferenciais da Celesc (CLSC4) fecharam o primeiro trimestre de 2014 com queda de 3,39%, enquanto as ações ordinárias (CLSC3) tiveram um acréscimo de 3,09% no mesmo período. O Índice Bovespa – IBOVESPA apresentou no trimestre desvalorização de 2,12%, e o Índice de Energia Elétrica – IEE desvalorizou-se em 5,37%.

O quadro a seguir apresenta as cotações finais em 31 de março de 2014 e respectivas variações percentuais das ações da Celesc e dos principais indicadores de mercado:

	Fechamento 31 de março 2014	Desempenho *	
		1º TRI 2014	Em 12 meses
Celesc PN	R\$16,50	-3,39%	-25,61%
Celesc ON	R\$40,00	3,09%	11,45%
IBOVESPA	50.414	-2,12%	-10,54%
IEE	24.838	-5,38%	-10,49%

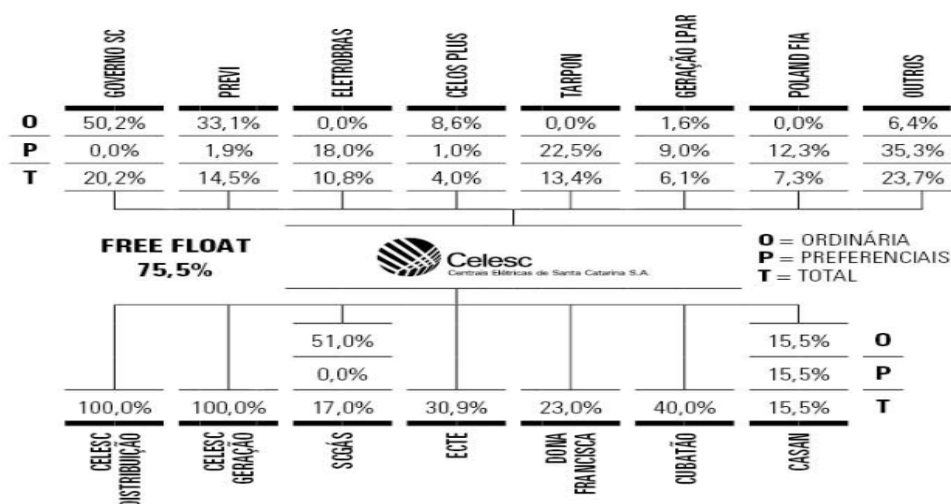
Fonte: DEF/DPRI

*Variações percentuais com ajuste a proventos

3. Valor de Mercado da Ação

Os valores de mercado das ações da Celesc, em 31 de março de 2014, conforme quadro demonstrado acima são: R\$40,00 para cada Ação Ordinária – ON e R\$16,50 para cada Ação Preferencial – PN.

Seu acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,2% das Ações Ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,2% do Capital Total. A estrutura acionária e societária da Celesc, em 31 de março de 2014 está apresentada no gráfico a seguir:



Fonte: DEF/DPRI

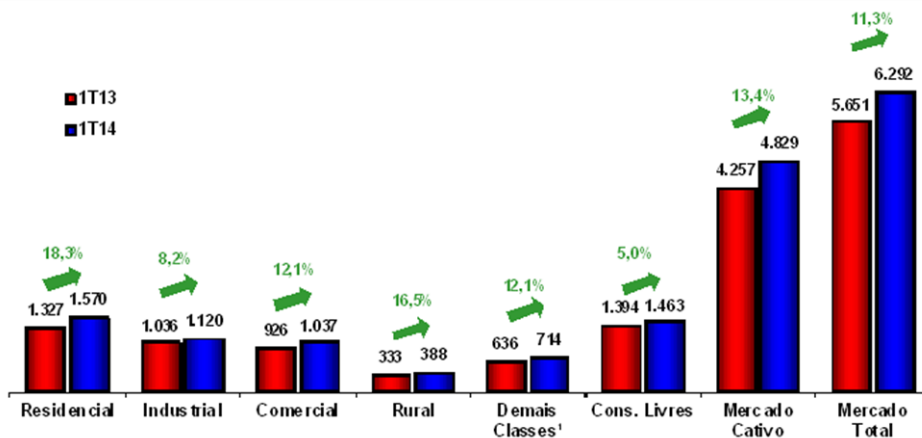
4. Recursos Humanos

O grupo Celesc encerrou o primeiro trimestre de 2014, com um quadro funcional de 3.071 empregados. O total de empregados representa um decréscimo de 5,62% em relação ao mesmo período do ano anterior (3.254 empregados), em função da saída de funcionários no PDV.

5. Balanço Energético

No primeiro trimestre de 2014, a energia fornecida pela Celesc D, para o mercado cativo, atingiu 4.829 GWh representando aumento de 13,4% em comparação com o mesmo período do ano anterior, que atingiu 4.257 GWh.

Com relação ao mercado total (incluindo consumidores livres), o crescimento foi de 11,3%, atingindo 6.292 GWh no primeiro trimestre de 2014 em comparação a 5.651 GWh no primeiro trimestre de 2013.



Fonte: DCL/DPCM/DVME

Nota: Demais Classes¹ = Poder Público + Iluminação Pública + Serviço Público + Revenda. Não considera Consumo Próprio.

6. Mercado de Energia Elétrica

Descrição	2014		2013		Variação Vertical				Variação Horizontal	
	1º Trim	Acumulado	1º Trim	Acumulado	1º Trim	Acum	1º Trim	Acum	1º Trim	Acum
					2014	2014	2013	2013	14-13	14-13
Receita de Vendas por Classe de Consumo em R\$ mil (Líquido de ICMS)										
Residencial	472.112	472.112	376.280	376.280	40,2%	40,2%	36,8%	36,8%	25,5%	25,5%
Industrial	253.214	253.214	249.886	249.886	21,6%	21,6%	24,4%	24,4%	1,3%	1,3%
Comercial	274.336	274.336	248.159	248.159	23,4%	23,4%	24,3%	24,3%	10,5%	10,5%
Rural	67.178	67.178	56.599	56.599	5,7%	5,7%	5,5%	5,5%	18,7%	18,7%
Poder Público	27.217	27.217	28.612	28.612	2,3%	2,3%	2,8%	2,8%	-4,9%	-4,9%
Iluminação Pública	22.830	22.830	19.301	19.301	1,9%	1,9%	1,9%	1,9%	18,3%	18,3%
Serviço Público	16.941	16.941	16.606	16.606	1,4%	1,4%	1,6%	1,6%	2,0%	2,0%
Subtotal	1.133.828	1.133.828	995.444	995.444	96,6%	96,6%	97,4%	97,4%	13,9%	13,9%
Suprimento	39.853	39.853	27.056	27.056	3,4%	3,4%	2,6%	2,6%	47,3%	47,3%
TOTAL	1.173.680	1.173.680	1.022.499	1.022.499	100%	100%	100%	100%	14,8%	14,8%
Consumo por Classe em MWh										
Residencial	1.569.749	1.569.749	1.327.044	1.327.044	32,5%	32,5%	31,2%	31,2%	18,3%	18,3%
Industrial	1.120.498	1.120.498	1.035.508	1.035.508	23,2%	23,2%	24,3%	24,3%	8,2%	8,2%
Comercial	1.037.383	1.037.383	925.534	925.534	21,5%	21,5%	21,7%	21,7%	12,1%	12,1%
Rural	387.715	387.715	332.695	332.695	8,0%	8,0%	7,8%	7,8%	16,5%	16,5%
Poder Público	111.610	111.610	98.330	98.330	2,3%	2,3%	2,3%	2,3%	13,5%	13,5%
Iluminação Pública	143.471	143.471	134.290	134.290	3,0%	3,0%	3,2%	3,2%	6,8%	6,8%
Serviço Público	84.398	84.398	79.508	79.508	1,7%	1,7%	1,9%	1,9%	6,2%	6,2%
Subtotal	4.454.824	4.454.824	3.932.909	3.932.909	92,3%	92,3%	92,4%	92,4%	13,3%	13,3%
Suprimento	374.055	374.055	324.166	324.166	7,7%	7,7%	7,6%	7,6%	15,4%	15,4%
TOTAL	4.828.879	4.828.879	4.257.075	4.257.075	100%	100%	100%	100%	13,4%	13,4%
Preço Médio Unitário do MWh em R\$										
Residencial	300,76	300,76	283,55	283,55	128,1%	128,1%	121,3%	121,3%	6,1%	6,1%
Industrial	225,98	225,98	241,32	241,32	96,2%	96,2%	103,2%	103,2%	-6,4%	-6,4%
Comercial	264,45	264,45	268,13	268,13	112,6%	112,6%	114,7%	114,7%	-1,4%	-1,4%
Rural	173,27	173,27	170,12	170,12	73,8%	73,8%	72,8%	72,8%	1,8%	1,8%
Poder Público	243,86	243,86	290,98	290,98	103,9%	103,9%	124,4%	124,4%	-16,2%	-16,2%
Iluminação Pública	159,13	159,13	143,73	143,73	67,8%	67,8%	61,5%	61,5%	10,7%	10,7%
Serviço Público	200,72	200,72	208,87	208,87	85,5%	85,5%	89,3%	89,3%	-3,9%	-3,9%
Subtotal	254,52	254,52	253,11	253,11	108,4%	108,4%	108,2%	108,2%	0,6%	0,6%
Suprimento	106,54	106,54	83,46	83,46	45,4%	45,4%	35,7%	35,7%	27,7%	27,7%
TOTAL	234,80	234,80	233,83	233,83	100%	100%	100%	100%	0,4%	0,4%

Fonte: DCL

7. Desempenho Econômico Financeiro

O prejuízo líquido do primeiro trimestre de 2014 apresentado pela Companhia foi de R\$72,8 milhões, que representa uma diminuição de 59,71%, se comparado ao mesmo período de 2013 (prejuízo líquido de R\$180,7 milhões).


Comentário do Desempenho
 Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Por meio dos indicadores econômicos, as informações consolidadas do desempenho da Companhia em 31 de março de 2014 em relação ao mesmo período do ano anterior, são as seguintes:

Dados Econômico-Financeiros	31 de março 2014	31 de março 2013	AH
Receita Operacional Bruta – ROB	1.859.060	1.784.718	4,17%
Receita Operacional Líquida – ROL	1.300.394	1.278.719	1,70%
Resultado das Atividades	(76.267)	(206.082)	62,99%
EBITDA Ajustado	(29.472)	(155.240)	81,84%
Margem EBITDA Ajustado (EBITDA/ROL)	-2,27%	(12,14%)	10,42 p.p.
Margem Líquida (LL/ROL)	-5,60%	(14,13%)	8,53 p.p.
Resultado Financeiro	45.996	9.541	382,04%
Ativo Total	5.960.375	5.213.718	14,34%
Imobilizado	215.716	255.183	-15,47%
Patrimônio Líquido	2.064.647	1.596.606	29,31%
Lucro/Prejuízo Líquido	(72.815)	(180.726)	59,71%

O Grupo encerrou o primeiro trimestre de 2014 com uma Receita Operacional Bruta – ROB de R\$1.859,1 milhões, aumento de 4,17% em relação a 2013 num valor de R\$1.784,7 milhões.

A Receita Operacional Líquida – ROL evoluiu 1,70%, fechando o primeiro trimestre de 2014 em R\$1.300,4 milhões em relação ao mesmo período de 2013 (R\$1.278,7 milhões).

O EBITDA ajustado no primeiro trimestre de 2014 atingiu o valor negativo de R\$29,5 milhões e a Margem do EBITDA Ajustado passou de -12,69% no primeiro trimestre de 2013 para -2,27% em 2014.

A movimentação do Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício antes dos Juros, Impostos, Resultado Financeiro e Depreciação/Amortização – EBITDA está detalhada a seguir:

Conciliação do EBITDA	31 de março 2014	31 de março 2013
Lucro/Prejuízo Líquido	(72.815)	(180.726)
IRPJ e CSLL Corrente e Diferido	42.544	15.815
Resultado Financeiro	(45.996)	9.541
Depreciação e Amortização	53.838	50.842
	(22.429)	(155.240)
(-) Efeitos Não Recorrentes		
Reversão da Provisão de Perdas no Imobilizado em Controlada	(7.043)	(7.040)
(=) EBITDA Ajustado por Efeitos Não Recorrentes	(29.472)	(162.282)

8. Composição Acionária

O Capital Social da Celesc atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.017,7 milhões, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%) sem direito a voto. As ações preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos.



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro a seguir:

Acionista	Base Acionária em 31 de março 2014					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	-	7.791.201	20,20
PREVI	5.140.868	33,11	437.807	1,90	5.578.675	14,46
Celos	1.340.274	8,63	230.800	1,00	1.571.074	4,07
Fundo de Investimentos Geração Futuro	257.600	1,66	2.076.800	9,01	2.334.400	6,05
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras*	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Fundo de Investimentos Tarpon	-	-	5.177.623	22,47	5.177.623	13,42
MCAP Poland FIA	-	-	2.828.700	12,27	2.828.700	7,34
Outros	993.152	6,40	8.149.759	35,37	9.142.911	23,71
Total	15.527.137	40,26	23.044.454	59,74	38.571.591	100

Capital Social: R\$1.017.700.000,00 e Capital Autorizado: R\$1.340.000.000,00

*Companhia de Capital Aberto

Fonte: DEF/DPRI

9. Participação Estrangeira no Capital

Os investidores estrangeiros encerraram o primeiro trimestre de 2014 representando 21,02% do Capital Social total da Celesc, detendo um volume de 8.106.599 ações, na grande maioria ações preferenciais.

Participação dos Investidores por Residência	Quantidade de Ações	%
Investidores Estrangeiros	8.106.599	21,02
Investidores Nacionais	30.464.992	78,98

Fonte: DEF/DPRI

10. Ações do Controlador, Administradores e Membros do Conselho Fiscal

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.

Acionista	Ações ON		Ações PN		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	9.229.460	59,44	234.305	1,02	9.463.765	24,54
Conselho de Administração	1	-	10	-	11	-
Diretoria Executiva	-	-	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	-
Outros Acionistas	6.297.676	40,56	22.810.139	98,98	29.107.815	75,46
Total	15.527.137	100	23.044.454	100	38.571.591	100

Fonte: DEF/DPRI

11. Ações em Circulação

Descrição	Ações ON – CLSC3		Ações PN – CLSC4		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Capital Total	15.527.137	100,00	23.044.454	100,00	38.571.591	100,00
Ações em Circulação	6.297.676	40,56	22.810.139	98,98	29.107.815	75,46

Fonte: DEF/DPRI

12. Cláusula Compromissória

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social, em seu artigo 64º “A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Contrato de Participação no Nível 2, do Regulamento de Sanções e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado”.

13. Auditores Independentes

Conforme disposições contidas na Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e ratificadas pelo Ofício Circular CVM/SEP/SNC nº 02, de 20 de março de 2003, a Celesc informa que o Auditor Independente não prestou qualquer tipo de serviço além daqueles estritamente relacionados à atividade de auditoria externa.

Florianópolis, 15 de maio de 2014.

A Administração

Notas Explicativas



1. Informações Gerais

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, é uma sociedade anônima por ações de capital aberto com sede na Avenida Itamarati, 160, bairro Itacorubi, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Obteve seu primeiro registro em Bolsa de Valores em 26 de março de 1973, e hoje tem seus papéis negociados na bolsa de São Paulo no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros – BM&FBOVESPA S.A., em São Paulo e é controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina.

A Companhia e suas controladas, controladas em conjunto e coligadas têm como atividade preponderante a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Além disso, atua no segmento de distribuição de gás natural canalizado.

Estas Informações Trimestrais foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 13 de maio de 2014.

Em 31 de março de 2014, as principais controladas integrais consolidadas, investimentos de controle compartilhado e coligadas são:

Percentual de Participação Integralizado – %		
Descrição	31 de março 2014	31 de dezembro 2013
	Direta	Direta
Controladas		
Celesc Geração S.A. (Celesc G)	100,00	100,00
Celesc Distribuição S.A. (Celesc D)	100,00	100,00

Descrição	Percentual de Participação Integralizado – %			
	31 de março 2014		31 de dezembro 2013	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas em Conjunto				
Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS	17,00	-	17,00	-
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE	30,88	-	30,88	-
Campo Belo Energética S.A.	-	30,00	-	30,00
Painel Energética S.A.	-	32,50	-	32,50
Rondinha Energética S.A.	-	32,50	-	32,50
Companhia Energética Rio das Flores S.A.	-	25,00	-	25,00
Xavantina Energética S.A.	-	40,00	-	40,00
Bandeirante Energética S.A.	-	25,00	-	25,00
Coligadas				
Dona Francisca Energética S.A. – DFESA	23,03	-	23,03	-
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.	40,00	-	40,00	-

Notas Explicativas



1.1. Das Concessões

a) Celesc Distribuição S.A.

Em 22 de julho de 1999, a Celesc D assinou o Contrato de concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 56, o qual regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica.

A referida concessão tem prazo de vigência até 07 de julho de 2015. A concessão da Celesc D não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados. Conforme o contrato de concessão, ao término do prazo de vigência, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL e apurados por auditoria do próprio órgão regulador.

Considerando que as condições estabelecidas pelo ICPC01 – Contratos de concessão foram integralmente atendidas, a Administração da Celesc D concluiu que seu contrato de concessão está dentro do escopo do ICPC01 e, portanto, os bens vinculados à concessão estão bifurcados em ativo intangível e ativo indenizável. O reajuste tarifário ocorre no dia 07 de agosto de cada ano e a revisão tarifária periódica a cada quatro anos.

A Celesc D, em atendimento às disposições da legislação, manifestou em 18 de setembro de 2012 seu pedido de prorrogação de sua concessão pelo prazo de 30 anos, a partir de julho de 2015. As condições de prorrogação só serão conhecidas quando o poder concedente divulgar a minuta do termo aditivo ao contrato de concessão.

b) Celesc Geração S.A.

A controlada Celesc G, conforme definido no contrato de concessão ANEEL nº 55, de 22 de julho de 1999, na sua cláusula segunda possui as seguintes concessões para geração de energia elétrica:

Central Geradora	Localidade	Capacidade (MW)	Instalada	Data de Vencimento da Concessão
Palmeiras – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	24,6		07/11/2016
Bracinho – Rio Bracinho	Schroeder/SC	15,0		07/11/2016
Garcia – Rio Garcia	Angelina/SC	8,9		07/07/2015
Cedros – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	8,4		07/11/2016
Salto – Rio Itajaí-Açu	Blumenau/SC	6,3		07/11/2016
Celso Ramos – Rio Chapecozinho	Faxinal do Guedes/SC	5,4		22/11/2021
Pery – Rio Canoas	Curitibanos/SC	30,0		09/07/2017
Caveiras – Rio Caveiras	Lages/SC	3,8		10/07/2018
Ivo Silveira – Rio Santa Cruz	Campos Novos/SC	2,6		07/07/2015
Pirai – Rio Pirai	Joinville/SC	0,8		(i)
São Lourenço – Rio São Lourenço	Mafra/SC	0,4		(i)
Rio do Peixe – Rio do Peixe	Videira/SC	0,5		(i)
Total da Capacidade Instalada		106,7		

(i) Centrais geradoras que não possuem prazo determinado de concessão.

Notas Explicativas



Conforme requerido pela MP nº 579/2012 foi protocolado pedido de prorrogação de concessão em 15 de outubro de 2012 das Pequenas Centrais Elétricas – PCHs afetadas pela referida MP:

Central Geradora	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Data de Vencimento da Concessão
Palmeiras – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	24,6	07/11/2016
Bracinho – Rio Bracinho	Schroeder/SC	15,0	07/11/2016
Garcia – Rio Garcia	Angelina/SC	8,9	07/07/2015
Cedros – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	8,4	07/11/2016
Salto – Rio Itajaí-Açu	Blumenau/SC	6,3	07/11/2016
Pery – Rio Canoas	Curitibanos/SC	30,0	09/07/2017
Ivo Silveira – Rio Santa Cruz	Campos Novos/SC	2,6	07/07/2015
Total da Capacidade Instalada		95,8	

Conforme definido no Decreto Presidencial – DP nº 7.805 de 14 de setembro de 2012, o Ministério de Minas e Energia – MME divulgou em 1º de novembro de 2012 por meio da Portaria nº 578 de 31 de outubro de 2012, os valores das tarifas de geração de energia aplicáveis aos contratos acima e, por meio da Portaria Interministerial MME – MF nº 580, de 1º de novembro de 2012 os valores das indenizações, bem como disponibilizando à Celesc G os novos termos aditivos dos contratos de concessão.

Em 06 de novembro de 2012, a Celesc G tomou conhecimento, por meio da divulgação das Notas Técnicas da metodologia utilizada para definição dos valores de tarifas iniciais de geração e dos valores de indenização a serem pagos aos concessionários de geração, e que subsidiaram, respectivamente, a Portaria MME nº 578/2012, e a Portaria Interministerial MME – MF nº 580/2012.

O MME, por meio da Portaria nº 578/2012, definiu as tarifas iniciais para as usinas hidrelétricas enquadradas na MP nº 579/12, com base no valor do Custo da Gestão dos Ativos de Geração – GAG, incluindo os custos de operação, manutenção e administração, entre outros.

No quadro abaixo seguem as tarifas divulgadas pelo poder concedente para os empreendimentos da Celesc G:

Central Geradora	Localidade	Potência p/ efeito de definição da GAG (MW)	Tarifa (R\$/kWano)
Palmeiras – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	24,6	120,87788
Bracinho – Rio Bracinho	Schroeder/SC	15,0	130,44562
Garcia – Rio Garcia	Angelina/SC	8,9	172,65642
Cedros – Rio dos Cedros	Rio dos Cedros/SC	8,4	192,37890
Salto – Rio Itajaí-Açu	Blumenau/SC	6,3	192,48094
Pery – Rio Canoas	Curitibanos/SC	30,0	217,58880
Ivo Silveira – Rio Santa Cruz	Campos Novos/SC	2,60	226,23572

Essas usinas representam 89,74% da potência instalada da Celesc G e possuem parte da sua energia contratada em Ambiente de Comercialização Livre – ACL após 2012.

Notas Explicativas



A Administração analisou as condições estabelecidas para a prorrogação do prazo de concessão, bem como os potenciais efeitos econômico-financeiros e os efeitos tributários sobre os valores da indenização e das tarifas, e ainda, realizou diversos estudos internos, a fim de concluir sobre a não antecipação do prazo de concessão. Por meio de Reunião Extraordinária realizada em 22 de novembro de 2012 o Conselho de Administração acompanhando o entendimento da Diretoria Executiva deliberou pela não adesão aos termos de renovação antecipada das concessões das usinas da Celesc G com base na MP nº 579/12, entretanto, por causa de Ação Ordinária da Usina Pery, a Companhia ainda não oficializou a resposta ao MME sobre a não antecipação das demais usinas abrangidas pela referida MP.

Foi excluída da decisão a Usina Pery com questionamento pela Ação Ordinária com pedido de liminar na Justiça Federal, com objetivo de discutir o mérito relativo ao direito de prorrogação da concessão pelos 20 anos, conforme previsto no Artigo nº 26, §7º da Lei Federal nº 9.247, de 26 de dezembro de 1996, ou alternativamente, a prorrogação pelo regime híbrido, recomendado pela ANEEL, sendo o pedido acolhido e havendo suspensão do prazo de assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão. A União recorreu desta decisão por meio de Agravo de Instrumento cujo pedido de efeito suspensivo foi negado no Tribunal Regional Federal da 4ª Região – TRF-4 (Porto Alegre/RS).

Em 17 de fevereiro de 2014, ocorreu decisão favorável proferida pelo Vice-Presidente do TRF-4 nos autos da Ação Cautelar interposta pela Celesc G, deferindo o efeito suspensivo aos Recursos Especial e Extraordinário, suspendendo o prazo de assinatura do 4º termo aditivo ao contrato de concessão nº 055/99 até o julgamento dos Recursos Excepcionais pelo Supremo Tribunal de Justiça – STJ e Supremo Tribunal Federal – STF.

b.1. Novos Projetos

b.1.1. Novos Projetos de Fontes Alternativas

Em 2012 foi lançada nova chamada pública para seleção de parceiros e projetos na área de geração de energia, contemplando outras fontes como: eólica, biomassa e térmicas, com a perspectiva de firmar parcerias, visando atender as diretrizes do plano diretor do grupo, cuja meta é atingir 1.000 MW em empreendimentos de geração até 2030.

b.1.2. Novos Projetos Hidráulicos

Em 11 de julho de 2013, o contrato de concessão nº 006/2013, decorrente da alteração de regime de exploração formalizada pelo quarto termo aditivo ao contrato de concessão para geração de energia elétrica nº 55/99, celebrado entre a Celesc G e a União, por intermédio da ANEEL, tem como objeto regular a exploração dos potenciais de energia hidráulica, por meio das Centrais Geradoras e Instalações de Transmissão de Interesse Restrito. A Celesc G iniciou recolhimento da quota mensal de Uso de Bem Público – UBP em 15 de agosto de 2013, por um prazo de 60 meses ou até o final da concessão de cada PCH à Eletrobras.

Notas Explicativas



O contrato de concessão firmado estabelece, dentre outros, o seguinte: pelo uso do bem público a Companhia pagará à União, pelo prazo de 5 anos contados da assinatura do contrato parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto, atualizado monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, tendo como base o índice relativo ao mês anterior ao da publicação do ato administrativo que aprovou a modificação do regime de exploração da concessão, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL.

A contrapartida do total dessa obrigação está registrada no ativo intangível e será amortizada pelo mesmo período de vigência da obrigação. A amortização mensal é de R\$130,3. A estimativa dos fluxos de caixa para mensuração da UBP é decorrente da utilização da taxa de desconto definida pela Administração, de 6,19%.

PCH	Valor das Parcelas UBP	Concessão até
Garcia	22,5	07/07/2015
Ivo Silveira	6,0	07/07/2015
Cedros	21,4	07/11/2016
Salto	16,7	07/11/2016
Bracinho	25,3	07/11/2016
Pery	52,3	09/07/2017
Celso Ramos	12,0	22/11/2021

c) Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS

A SCGÁS é a empresa responsável pela distribuição do gás natural canalizado em Santa Catarina. Criada em 1994, atua como uma sociedade de economia mista e tem como acionistas: Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, Petrobras Gás S.A. – Gaspetro, Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda – Mitsui Gás e Infraestrutura de Gás para a Região Sul S.A. – Infragás.

A controlada em conjunto SCGÁS, possui contrato de concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado de Santa Catarina, firmado em 28 de março de 1994, com prazo de vigência de 50 anos.

d) Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE

A ECTE tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica.

O sistema ECTE integra a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, sob a fiscalização e regulação da ANEEL é do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, pessoa de direito privado, sem fins lucrativos, entidade autorizada pelo MME.

Notas Explicativas



A controlada em conjunto ECTE, detém concessão por meio do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 88 de 1º de novembro de 2000, celebrado com a União, por intermédio da ANEEL, com prazo de vigência de 30 anos.

e) Legislações Aplicáveis as Concessões

i) Medida Provisória – MP nº 579 de 11 de Setembro de 2012, convertida em Lei Federal nº 12.783 de 11 de Janeiro de 2013

Em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal, com o objetivo de reduzir os custos de energia elétrica para consumidores, publicou a Medida Provisória – MP nº 579/2012. Em 14 de setembro de 2012, o Decreto Presidencial – DP nº 7.805 foi emitido, definindo alguns dos procedimentos operacionais para a implementação do que foi estabelecido na MP nº 579/2012. Esta MP permitiu aos concessionários com contratos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica vencendo entre 2015 e 2017, a possibilidade de antecipar as suas prorrogações mediante condições específicas nela estabelecidas.

A referida Lei teve como objetivo reduzir as tarifas de energia elétrica em 20,2%*, em média (16,2% para consumidores residenciais e de 19,7% a 28% para os consumidores industriais) e baseia-se em dois pontos principais:

(i) Eliminação e/ou redução de alguns dos encargos setoriais, que contribuirá para a redução das tarifas finais em 7% e;

(ii) Definição de novas condições para a prorrogação de contratos de concessão de geração, transmissão e distribuição, com datas de vencimento entre 2015 e 2017, com um impacto médio de 13,2% nas tarifas finais.

Para as concessionárias de distribuição, a Lei nº 12.783/2013 definiu a redução das tarifas pela eliminação e/ou redução de alguns dos encargos setoriais a partir de 1º de janeiro de 2013. Definiu também redução das tarifas devido a uma revisão tarifária extraordinária ocorrida a partir de fevereiro de 2013, com o objetivo de refletir a redução das tarifas de geração e transmissão e também pelos eventuais efeitos da realocação das quotas de energia das geradoras que tiverem os seus contratos prorrogados.

Para as concessionárias de geração, conforme Lei nº 12.783/2013, a renovação das concessões estava condicionada à aceitação dos seguintes critérios: mudança do sistema de precificação, passando do sistema de preços, para o sistema de receita permitida, com revisões periódicas; e alocação de toda garantia física de energia e potência das Usinas alcançadas pela Lei nº 12.783/2013, em regime de cotas, para as distribuidoras (Ambiente de Contratação Regulado – ACR).

* Informações referentes aos percentuais de redução decorrentes da MP nº 579/2012 não foram auditadas.

Notas Explicativas



Ademais, a Lei nº 12.783/2013 estabelece que quando da renovação das concessões de geração, transmissão e distribuição haverá indenização dos ativos residuais pelo Valor Novo de Reposição – VNR. Os investimentos futuros deverão ser submetidos previamente à aprovação do agente regulador.

ii) Decreto nº 7.891 de 23 de Janeiro de 2013 alterado pelos Decretos nº 7.945 de 07 de Março de 2013 e nº 8.221 de 01 de Abril de 2014 – Aporte CDE

Em função das condições hidro energéticas desfavoráveis no final de 2012 e início de 2013, entre eles os baixos níveis nos reservatórios das usinas hidrelétricas, o despacho das usinas térmicas estava direcionado para o patamar máximo. Diante do exposto e considerando a exposição das concessionárias no mercado de curto prazo, decorrente principalmente da alocação das cotas de garantia física de energia e de potência e à revogação da autorização das usinas pela ANEEL, o custo de energia das distribuidoras teve um aumento expressivo em 2012, 2013 e início de 2014.

Devido a este cenário e considerando que as concessionárias de distribuição não possuem gestão sobre esses custos, o governo brasileiro emitiu, em 07 de março de 2013, o Decreto nº 7.945, que promoveu algumas alterações sobre a contratação de energia e os objetivos do encargo setorial Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

Com relação à contratação de energia, o Decreto nº 7.945/13 (i) reduziu o prazo mínimo de três para um ano, contado a partir do início do suprimento de energia, de contratos de comercialização de energia elétrica proveniente de empreendimentos existentes e (ii) aumentou o repasse dos custos de aquisição de energia elétrica pelas distribuidoras para os consumidores finais de 103% (cento e três por cento) para 105% (cento e cinco por cento) do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da distribuidora.

Com relação aos objetivos da CDE, o Decreto alterou os mesmos, e instituiu o repasse de recursos da CDE às concessionárias de distribuição dos custos relacionados abaixo:

- i. A exposição ao mercado de curto prazo das usinas hidrelétricas contratadas em regime de cotas de garantia física de energia e de potência, por insuficiência de geração alocada no âmbito do Mecanismo de Relocação de Energia – MRE (Risco Hidrológico);
- ii. A exposição no mercado de curto prazo das distribuidoras, por insuficiência de lastro contratual em relação à carga realizada, relativa ao montante de reposição não recontratado em função da não adesão à prorrogação de concessões de geração de energia elétrica (Exposição Involuntária);
- iii. O custo adicional relativo ao acionamento de usinas termelétricas fora da ordem de mérito por decisão do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE (Segurança Energética – ESS); e
- iv. O valor integral ou parcial do saldo positivo acumulado pela Conta de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA, relativo ao encargo de serviço do sistema e à energia comprada para revenda (CVA ESS e Energia).

Notas Explicativas



Para os itens (i), (ii) e (iii), a Companhia registrou, de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 07/IAS 20 – Subvenção e Assistência Governamentais, o montante de R\$66.308, registrado como redutora do Custo com Energia Elétrica na Rubrica Energia de Curto Prazo.

Para o item (iv), o governo federal emitiu em 1º de abril de 2014, o Decreto nº 8.221 onde dispõe que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE criará e manterá a Conta no Ambiente de Contratação Regulada – CONTA-ACR, destinada a cobrir, total ou parcialmente, as despesas incorridas pelas concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica.

Em 22 de abril de 2014 a ANEEL, por meio da Nota Técnica nº 142 – SRE/ANEEL e Despacho nº 1.256, fixou para a Celesc D o montante de R\$332.629 para cobertura dos Custos de Exposição Involuntária e dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente de Contratação Regulada na modalidade por disponibilidade – CCEAR-D termoeletrônicos da competência de fevereiro de 2014. Em 05 de maio de 2014 a ANEEL, por meio do Despacho nº 1.378, fixou o montante de R\$159.980 para cobertura CCEAR-D termoeletrônicos da competência de março de 2014. Em 9 de maio de 2014 a ANEEL publicou o Despacho nº 1.443 que alterou o Despacho nº 1.378/14, fixando o valor para cobertura no montante de R\$196.970.

Estes valores foram contabilizados na Rubrica de Outros Créditos a Receber, em contrapartida de redução do custo com energia elétrica na Rubrica de Energia de Curto Prazo, vide Nota Explicativa 27.2.

iii) Resolução Homologatória nº 1.574 de 30 de Julho de 2013 – Subvenção e Repasse da CDE

A ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 1.574, de 30 de julho de 2013, homologou o repasse pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras à Celesc D, no período de competência de dezembro de 2013 a julho de 2014, até o 10º dia útil do mês subsequente, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, no valor mensal de R\$31.801, vide Nota Explicativa 27.1.

Valor Mensal da Subvenção da CDE para Custear Descontos Tarifários	
Subsídio Carga Fonte Incentivada	4.911
Subsídio Geração Fonte Incentivada	850
Subsídio Distribuição	15.210
Subsídio Água, Esgoto e Saneamento	963
Subsídio Rural	9.675
Subsídio Irrigante/Aquicultor	192
Total	31.801

Notas Explicativas



2. Base de Preparação

2.1. Declaração de Conformidade

2.1.1. Informações Trimestrais Consolidadas

As Informações Trimestrais Consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

2.1.2. Informações Trimestrais Individuais

As ITR Individuais da Controladora foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das ITR e são divulgadas em conjunto com as Demonstrações Financeiras Consolidadas.

2.2. Base de Mensuração

2.2.1. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Informações Trimestrais, Individuais e Consolidadas, estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação do Grupo, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.

2.2.2. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de Ativos e Passivos para os próximos períodos estão contempladas a seguir.

a) Valor Justo de Outros Instrumentos Financeiros

O valor justo de outros instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia utiliza seu julgamento para escolher, dentre diversos métodos, o mais adequado, a partir do qual são definidas premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Notas Explicativas



b) Benefícios de Planos de Pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo/receita líquida para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão.

Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Grupo considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.

d) Contingências

A Companhia atualmente está envolvida em diversas ações de natureza tributária, trabalhista, cível e regulatória. Provisões são reconhecidas para os casos que representem perdas prováveis. A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o seu valor possa ser estimado com segurança. A probabilidade de perda é avaliada baseada nas evidências disponíveis, incluindo a avaliação de advogados externos.

e) Impairment de Ativos Não Financeiros

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

Notas Explicativas



f) Uso do Bem Público – UBP

São os valores contratados relativos ao direito do uso de bem público para exploração do potencial de energia hidráulica, decorrentes de contratos de concessão onerosa com a União, demonstrados ao custo amortizado e atualizados pelas taxas de juros ou índices contratuais incorridos até a data do balanço, ajustados a valor presente, com base em uma taxa de desconto aprovada pela diretoria da Companhia.

A obrigação está registrada no passivo circulante e não circulante segregada dos encargos financeiros, e, a despesa financeira e a amortização são reconhecidas no resultado.

2.4. Novas Normas, Alterações e Interpretações de Normas

Em 2013 as seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo *IASB*:

IFRIC 21 – "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.

IFRS 9 – "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O *IFRS 9* foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do *IAS 39* relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

O *IFRS 9* requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo *IAS 39*. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

IAS 36 – "Impairment de Ativos", exige a divulgação da quantia recuperável de um ativo ou UGC quando uma perda por *impairment* foi reconhecida ou revertida; e exige a divulgação detalhada de como o valor justo menos os custos de alienação foi calculado quando uma perda por *impairment* foi reconhecida ou revertida. Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.

IAS 32 – "Instrumentos Financeiros", as modificações não alteram o modelo de compensação do *IAS 32*, que exige que uma Companhia para compensar um ativo financeiro e passivo financeiro no balanço patrimonial somente o faça quando esta possui atualmente um direito legal de compensação e pretende liquidar o ativo e passivo em bases líquidas ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014.

Não há outras normas *IFRS* ou interpretações *IFRIC* que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

Notas Explicativas



3. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia para a preparação de suas ITR do período findo em 31 de março de 2014 foram aplicadas de forma consistente com aquelas divulgadas nas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, portanto, devem ser lidas conjuntamente, exceto pelo apresentado na NE 2.4.

4. Gestão de Risco Financeiro

4.1. Fatores de Risco Financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, de taxa de juros de valor justo, de taxa de juros de fluxo de caixa e de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

4.2. Risco de Mercado

4.2.1. Risco Cambial

Esse risco decorre da possibilidade de suas controladas virem a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira.

A subsidiária Celesc D está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação (CVA) protege as empresas de eventuais perdas. Entretanto, esta compensação se realizará somente pelo consumo e consequente faturamento de energia ocorrido após o reajuste tarifário subsequente, no qual tenham sido contempladas tais perdas.

4.2.2. Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo Associado com Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras da Companhia. A Celesc não tem pactuado contratos de derivativos para fazer face a este risco.

4.3. Risco de Crédito

Surge da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e auxiliar seu gerenciamento a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança incluindo a interrupção do fornecimento caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso dos consumidores, o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

Notas Explicativas



4.4. Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas áreas operacionais da Companhia e consolidada pelo Departamento Econômico Financeiro – DPEF. Esse departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pelas áreas operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é administrado pelo Departamento Econômico Financeiro/Divisão de Tesouraria – DPEF/DVTS. Esse departamento investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

Descrição				Consolidado
	Menos de Um Ano	Entre Um e Cinco Anos	Acima de Cinco Anos	Total
CDI (%)	10,64	-	-	
Em 31 de dezembro de 2013				
Empréstimos – Saldo Balanço	199.686	150.905	28.048	378.639
Empréstimos – Não descontados	210.041	194.305	46.501	450.847
Debêntures – Saldo Balanço	4.631	198.691	99.711	303.033
Debêntures – Não descontado	4.871	255.834	165.312	426.017
Fornecedores	557.854	-	-	557.854
Total Passivo	977.083	799.735	339.572	2.116.390
Contas a receber	788.205	7.170	-	795.375
Caixa e equivalente de caixa	664.506	-	-	664.506
Conta Amb. Contr. Regulada – Conta – ACR	492.609	-	-	492.609
Total Ativo	1.945.320	7.170	-	1.952.490
CDI ² (%)	10,90	-	-	
Em 31 de março de 2014				
Empréstimos – Saldo Balanço	244.940	133.252	23.460	401.652
Empréstimos – Não descontados	257.944	172.585	39.354	469.883
Debêntures – Saldo Balanço	11.668	198.540	99.954	310.162
Debêntures – Não descontado	12.287	257.144	167.671	437.103
Fornecedores	999.908	-	-	999.908
Total Passivo	1.526.747	761.521	330.439	2.618.707
Contas a receber	857.111	6.732	-	863.843
Caixa e equivalente de caixa	447.631	-	-	447.631
Conta Amb. Contr. Regulada – Conta – ACR	492.609	-	-	492.609
Total Ativo	1.797.351	6.732	-	1.804.083

² Curva de Juros Futuros – BM&F DI 1 FUT Q14 com vencimento em 21/08/2014 – (fechamento 22/04/2014)

Notas Explicativas



4.5. Riscos Operacionais

4.5.1. Risco Quanto à Escassez de Energia Elétrica

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva durante a estação úmida reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e a elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita.

4.5.2. Risco de Não Renovação das Concessões

A Companhia possui concessões para exploração dos serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e distribuição de gás e tem a expectativa de que estas sejam prorrogadas pelo poder concedente. Em 18 de setembro de 2012, a Celesc D protocolou o pedido de prorrogação para a concessão do contrato nº 56/1999, conforme permitido pela MP nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013 e passou a ser regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. Dessa forma a Administração da Companhia considera remoto o risco de não prorrogação da concessão de Distribuição de Energia Elétrica. Para o contrato de concessão nº 55/1999 de geração de energia, a Companhia optou pela não renovação.

4.5.3. Análise de Sensibilidade Adicional Requerida pela CVM

Apresenta-se a seguir o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar efeitos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de março de 2014:

<u>Premissas</u>	<u>Efeitos das Contas sobre o Resultado</u>	<u>Saldo</u>	<u>(Cenário I)</u>	<u>(Cenário II)</u>	<u>(Cenário III)</u>
CDI³ (%)			10,90	13,63	16,35
	Aplicações Financeiras	398.389	43.424	54.281	65.137
	Contas a Receber Não Circulante	6.732	734	917	1.101
	(-) Debêntures	(310.162)	(33.808)	(42.260)	(50.711)
IGP-M⁴ (%)			7,31	9,14	10,97
	Ativo Indenizatório (Concessão)	2.466.891	180.330	225.474	270.618

³ Curva de juros futuros – BM&F DI 1 FUT Q14 com vencimento em 21/08/2014 – (fechamento 22/04/2014)

⁴ IGPM – Índice Geral de Preços do Mercado

Notas Explicativas



4.6. Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Celesc para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo) e debêntures, subtraído do montante de Caixa e Equivalente de Caixa. O capital total é apurado por meio da soma do Patrimônio Líquido com a dívida líquida.

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2014	31 de dezembro 2013
Total dos Empréstimos	401.652	378.639
Debêntures	310.162	303.033
Menos: Caixa e Equivalentes de Caixa	(447.631)	(664.506)
Dívida Líquida	264.183	17.166
Total do Patrimônio Líquido	2.064.647	2.137.462
Total do Capital	2.328.830	2.154.628
Índice de Alavancagem Financeira (%)	11,34%	0,80%

4.7. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das Contas a Receber de Clientes e Contas a Pagar aos Fornecedores pelo valor contábil, menos a perda por *impairment*, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos Passivos Financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no Balanço Patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).

Notas Explicativas



- Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o Ativo ou Passivo, seja diretamente, ou seja, como preços ou indiretamente, ou seja, derivados dos preços (Nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis (Nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de março de 2014. A companhia não possui passivos mensurados a valor justo nessa data base.

Descrição	Nível 3	Consolidado Saldo total
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado		
Ações	121.226	121.226
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		
Ativo Indenizatório (Concessão)	2.672.583	2.672.583
Outros	217	217
Total do Ativo	2.794.026	2.794.026

A tabela a seguir apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2013. A Companhia não possui passivos mensurados a valor justo nessa data base.

Descrição	Nível 3	Consolidado Saldo total
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado		
Ações	121.226	121.226
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		
Ativo Indenizatório (Concessão)	2.682.713	2.682.713
Outros	217	217
Total do Ativo	2.804.156	2.804.156

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir da Bolsa de Valores, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1.

Notas Explicativas



O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado em que está disponível e utilizando o mínimo possível das estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2. Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes (vide notas explicativas 8.1 e 11).

5. Instrumentos Financeiros por Categoria

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros por Categoria em 31 de março de 2014.

Descrição					Consolidado
	Ativos ao Valor Justo por Meio do Resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponível para Venda	Passivos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado	Total
Ativo					
Caixa e Equivalentes	-	447.631	-	-	447.631
Ações	121.226	-	-	-	121.226
Ativo Indenizatório (Concessão)	-	-	2.672.583	-	2.672.583
Contas a Receber de Clientes	-	1.363.161	-	-	1.352.504
Conta-ACR (NE 10)	-	127.202	-	-	127.202
CCEAR-D (NE 10)	-	492.609	-	-	492.609
Outros	-	-	217	-	217
	121.226	2.419.946	2.672.800		5.213.972
Passivo					
Fornecedores	-	-	-	999.908	999.908
Empréstimos	-	-	-	401.652	401.652
Debêntures	-	-	-	310.162	310.162
	-	-	-	1.711.722	1.711.722

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros por Categoria em 31 de dezembro de 2013.

Notas Explicativas



Descrição					Consolidado
	Ativos ao Valor Justo por Meio do Resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponível para Venda	Passivos Financeiros Avaliados ao Custo Amortizado	Total
Ativo					
Caixa e Equivalentes	-	664.506	-	-	664.506
Ações	121.226	-	-	-	121.226
Ativo Indenizatório (Concessão)	-	-	2.682.713	-	2.682.713
Contas a Receber de Clientes	-	1.286.145	-	-	1.286.145
Outros	-	-	217	-	217
	121.226	1.950.651	2.682.930	-	4.754.807
Passivo					
Fornecedores	-	-	-	557.854	557.854
Empréstimos	-	-	-	378.639	378.639
Debêntures	-	-	-	303.033	303.033
	-	-	-	1.239.526	1.239.526

6. Qualidade do Crédito dos Ativos Financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações interna de cessão de limites de crédito:

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2014	31 de dezembro 2013
Contas a Receber de Clientes		
Grupo 1 – Clientes com Arrecadação no Vencimento	670.854	634.820
Grupo 2 – Clientes com média de atraso entre 01 e 90 dias	147.318	117.217
Grupo 3 – Clientes com média de atraso superior a 90 dias	534.332	534.108
	1.352.504	1.286.145

Todos os demais ativos financeiros que a Companhia mantém, principalmente, contas correntes e aplicações financeiras são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

7. Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2014	31 de dezembro 2013	31 de março 2014	31 de dezembro 2013
Recursos em Banco e em Caixa	2.202	2.741	49.242	49.017
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	29.828	27.265	398.389	615.489
	32.030	30.006	447.631	664.506

As Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de

Notas Explicativas



valor. Esses títulos referem-se a certificados de depósito bancários – CDBs, remunerados em média pela taxa de 100% da variação do CDI.

8. Títulos e Valores Mobiliários

Os ativos não circulantes a valor justo por meio de resultado são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo e não são depreciados ou amortizados.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2014	31 de dezembro 2013	31 de março 2014	31 de dezembro 2013
Valor Justo por Meio de Resultado				
Ações Casan ⁵	121.226	121.226	121.226	121.226
Disponível para Venda				
Outros Investimentos	217	217	217	217
Não Circulante	121.443	121.443	121.443	121.443

8.1. Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan

A Companhia possui 55.364.810 Ações Ordinárias – ON, e 55.363.250 Ações Preferenciais – PN, representando 15,48% do Capital Social da Casan. Por não possuir influência significativa na Casan a Companhia mensurou o valor justo de sua participação acionária.

Tendo em vista a Casan não possuir liquidez em suas ações negociadas em bolsa de valores, a Celesc decidiu estabelecer por meio de bases consistentes e aceitas pelo mercado, um novo critério de avaliação do referido investimento, adotando o método do fluxo de caixa descontado.

Desta forma, a Companhia determinou o valor justo da Casan com base nas informações econômico-financeiras da Casan. O custo histórico de aquisição das ações da Casan é de R\$110.716.

Em 2013, após nova avaliação, foi apurado o valor justo de R\$121.226 (R\$54.981 em 2012). Deste modo, a provisão para perdas reconhecida no resultado do exercício de 2012 foi revertida em R\$66.245.

Em 2014, a Companhia avaliou potenciais indicadores de *impairment* para investimentos na Casan, não os tendo identificado. Desta forma, em 31 de março de 2014 o investimento está

⁵ Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan

Notas Explicativas



avaliado pelo mesmo valor de 31 de dezembro de 2013, o qual foi avaliado pelo método do fluxo de caixa descontado utilizando taxa de desconto de 16,06%.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia irá preparar nova avaliação completa deste investimento.

9. Contas a Receber de Clientes

a) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Descrição	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Consolidado	
				31 de março 2014	31 de dezembro 2013
Consumidores					
Residencial	196.170	72.226	50.398	318.794	280.227
Industrial	193.001	31.601	350.085	574.687	567.787
Comércio, Serviços e Outros	138.284	25.792	61.888	225.964	209.063
Rural	30.187	6.184	7.125	43.496	40.703
Poder Público	20.683	2.871	32.614	56.168	58.144
Iluminação Pública	14.218	201	15.578	29.997	30.209
Serviço Público	11.365	54	992	12.411	12.126
	603.908	138.929	518.680	1.261.517	1.198.259
Suprimento a Outras Concessionárias					
Concessionárias e Permissionárias	35.664	4.114	2.738	42.516	38.576
Transações no âmbito da CCEE	33.892	-	-	33.892	37.593
Outros Créditos	(2.610)	4.275	12.914	14.579	11.717
	66.946	8.389	15.652	90.987	87.886
	670.854	147.318	534.332	1.352.504	1.286.145
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) com Clientes (b)				(488.661)	(490.770)
				863.843	795.375
Circulante				857.111	788.205
Não Circulante				6.732	7.170

b) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) com Clientes

A composição, por classe de consumo está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2014	31 de dezembro 2013
Consumidores		
Residencial	50.389	53.791
Industrial	186.317	184.940
Têxtil (b.2)	136.128	136.128
Comércio, Serviços e Outras	58.910	58.931
Rural	4.902	5.229
Poder Público	31.939	31.842
Iluminação Pública	14.548	14.397
Serviço Público	945	929
Concessionárias e Permissionárias	1.109	1.109
Outros	3.474	3.474
	488.661	490.770
Circulante	352.533	354.642
Não Circulante	136.128	136.128

Notas Explicativas**b.1) Movimentação**

Descrição	Consolidado
	Montante
Saldo em 31 de dezembro de 2013	490.770
Provisão Constituída no Período	2.471
Baixas de Contas a Receber	(4.580)
Saldo em 31 de março de 2014	488.661

b.2) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com o Setor Têxtil

No ano de 2009 a Celesc Distribuição S.A. efetuou um plano de ação de recuperação de débitos para empresas do ramo têxtil entre elas Buettner S.A., Companhia Industrial Schlösser S.A., Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A., Têxtil RenauxView S.A. e Tecelagem Kuehnrich – TEKA.

Em 2011, a Buettner S.A. e a Companhia Industrial Schlösser S.A. entraram em recuperação judicial e com base na probabilidade de recuperação desses valores ser remota, a Celesc D provisionou o montante de R\$18.231 em 2011 e R\$16.888 em 2012, que representa a totalidade do crédito que a Celesc possui com essas empresas.

Em 2012, a Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A. também entrou em liquidação judicial, todavia apresentou plano de recuperação judicial. Em 15 de julho de 2013, o Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, Comarca de Brusque, Vara Comercial, decretou a falência da Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A.. Dessa forma, no terceiro trimestre de 2013, a Companhia registrou a perda no montante de R\$42.992.

Ainda em 2012, a TEKA deu entrada em um pedido de recuperação judicial perante a Comarca de Blumenau, Santa Catarina. Tendo em vista o plano de recuperação ainda não ter sido aprovado e a probabilidade de recebimento do referido valor ser remota na avaliação da Administração, a Celesc D constituiu provisão da totalidade do parcelamento que a TEKA possui com a empresa no montante de R\$55.794.

Em relação à empresa Têxtil RenauxView S.A., a administração da Celesc D, considerando a inadimplência da dívida referente ao contrato de parcelamento, e em virtude da remota possibilidade de recebimento constituiu provisão da totalidade do valor a receber no montante de R\$45.215 em 2013.

10. Outros Créditos a Receber

Outros Ativos Circulantes	Consolidado	
	31 de março 2014	31 de dezembro 2013
Dividendos	2.771	2.771
Conta Amb.Contr. Regulada (CONTA-ACR) Dec. 8221/14	492.609	-
Subsídio Decreto Nº 7.891/2013	127.202	31.801
Pessoal a disposição	7.137	2.020
Adiantamento Proinfra	11.359	11.359
Adiantamentos Diversos	2.344	2.038
PIS/COFINS/ICMS Substituição Tributária	20.464	17.745
Compartilhamento de Infraestrutura	13.749	13.749
Programa Baixa Renda	5.078	3.724
Outras contas	5.760	25.237
	688.473	110.444

Notas Explicativas**11. Ativo Indenizatório – Concessão**

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2014	31 de dezembro 2013
Em Serviço	2.466.891	2.367.854
Ativo de Concessão – Distribuição de Energia (a)	2.466.891	2.367.854
Em Curso	205.692	314.859
Ativo de Concessão – Distribuição de Energia (a)	205.692	314.859
Total	2.672.583	2.682.713
Não Circulante	2.672.583	2.682.713

Os contratos de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC12), que trata de contratos de concessões.

Os ativos de concessão referem-se a créditos a receber da União, quando a Companhia possui direito incondicional de ser indenizada ao final da concessão, conforme previsto em contrato, a título de indenizações originadas nos contratos de concessão de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, pelos investimentos efetuados em infraestrutura e não recuperados por meio da tarifa. Estes ativos financeiros são classificados como disponíveis para venda.

a) Ativo de Concessão – Distribuição de Energia

	Ativo Indenizatório
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.682.713
(+) Novas Aplicações	36.362
(-) Resgate	(9.233)
(-) Baixa Ultrapassagem de Demanda e Excedentes Reativos	(77.986)
(+) Ajuste VNR	40.727
Saldo em 31 de março de 2014	2.672.583

(i) A Companhia reconheceu no período de três meses, findo em março de 2014, o montante de R\$40.727, respectivamente, referente à atualização do ativo financeiro de concessão de distribuição de energia elétrica pelo Valor Novo de Reposição – VNR, atualizado pelo IGP-M.

Notas Explicativas



12. Tributos a Recuperar ou Compensar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2014	31 de dezembro 2013	31 de março 2014	31 de dezembro 2013
ICMS ⁶	-	-	42.332	45.223
PIS e COFINS ⁷	-	-	392	384
IRPJ e CSLL ⁸	2.425	6.875	43.007	61.144
Outros	101	101	2.925	2.624
Total	2.526	6.976	88.656	109.375
Circulante	2.526	6.976	75.870	98.957
Não Circulante	-	-	12.786	10.418

13. Transações com Partes Relacionadas

a) Transações e Saldos

Descrição	Controladora
	Outros Créditos de Partes Relacionadas
Em 31 de dezembro de 2013	
Governo do Estado de SC	
Rede Subterrânea (i)	4.262
SC Parcerias S.A.(ii)	10.929
	15.191
Em 31 de março de 2014	
Governo do Estado de SC	
Rede Subterrânea (i)	4.262
SC Parcerias S.A.(ii)	5.200
	9.462

Descrição	Controladora
	Receitas Financeiras
Em 31 de março de 2013	
Governo do Estado de SC	
SC Parcerias S.A.(ii)	928
	928
Em 31 de março de 2014	
Governo do Estado de SC	
SC Parcerias S.A.(ii)	368
	368

⁶ Impostos sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS

⁷ Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS

⁸ Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL

Notas Explicativas



Descrição	Tributos a Recolher	Tributos a Compensar	Contas Receber por Vendas	Outros Créditos de Partes Relacionadas	Consolidado
					Outros Passivos de Partes Relacionadas
Em 31 de dezembro de 2013					
Governo do Estado de SC					
ICMS	82.559	45.223	-	-	-
Contas a Receber	-	-	5.806	-	-
Rede Subterrânea (i)	-	-	-	4.262	-
SC Parcerias S.A.(ii)	-	-	-	10.929	-
Celos	-	-	-	-	14.263
	82.559	45.223	5.806	15.191	14.263
Em 31 de março de 2014					
Governo do Estado de SC					
ICMS	75.943	42.332	-	-	-
Contas a Receber	-	-	5.180	-	-
Rede Subterrânea (i)	-	-	-	4.262	-
SC Parcerias S.A.(ii)	-	-	-	5.200	-
Celos	-	-	-	-	9.885
	75.943	42.332	5.180	9.462	9.885

Descrição	Consolidado		
	Tributos/ Deduções da Receita	Receita de Vendas	Receitas Financeiras
Em 31 de março de 2013			
Governo do Estado de SC			
ICMS	356.506	-	-
Receita de Vendas	-	12.733	-
SC Parcerias S.A.(ii)	-	-	928
	356.506	12.733	928
Saldos em 31 de março de 2014			
Governo do Estado de SC			
ICMS	362.953	-	-
Receita de Vendas	-	12.468	-
SC Parcerias S.A.(ii)	-	-	368
	362.953	12.468	368

(i) Rede Subterrânea

Em 1995, a Companhia firmou convênio de cooperação técnica com o Governo do Estado de Santa Catarina e a Prefeitura de Florianópolis para implantação de rede subterrânea de energia elétrica no centro de Florianópolis.

O montante em aberto refere-se ao valor a ser repassado pelo Governo do Estado de Santa Catarina à Companhia e está em processo de negociação.

A Companhia está buscando junto ao Governo do Estado de Santa Catarina (Secretaria de Estado da Fazenda) alternativas para quitação do referido crédito.

Notas Explicativas**(ii) SC Participações e Parcerias S.A. – SCPAR**

De acordo com o Termo de Reconhecimento, Assunção e Parcelamento de Dívida firmado em 30 de abril de 2008, a dívida foi parcelada em 24 prestações mensais, cujas amortizações iniciaram em 31 de outubro de 2008.

Com a assinatura do 1º Aditivo ao Termo de Reconhecimento, Assunção e Parcelamento de Dívida em janeiro de 2011, o valor remanescente da dívida foi renegociado em 42 parcelas mensais com o primeiro pagamento em 31 de janeiro de 2011, sendo o saldo devedor corrigido à alíquota de 1% ao mês. Salientamos que as prestações referentes ao 1º Termo Aditivo estão sendo pagas regularmente pela SCPAR.

b) Remuneração do Pessoal Chave da Administração

A remuneração dos administradores (Conselho de Administração – CA, Conselho Fiscal – CF e Diretoria Executiva – DE) está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2014	31 de março 2013	31 de março 2014	31 de março 2013
Administradores				
Honorários	1.060	1.546	1.060	1.547
Encargos Sociais	361	365	361	370
Outros	34	91	34	95
	1.455	2.002	1.455	2.012

14. Investimentos em Controladas e Coligadas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2014	31 de dezembro 2013	31 de março 2014	31 de dezembro 2013
Controladas				
Celesc D	1.431.380	1.538.756	-	-
Celesc G	307.628	275.639	-	-
	1.739.008	1.814.395	-	-
Controladas em Conjunto				
SCGÁS	83.825	82.179	83.825	82.179
ECTE	40.484	36.666	40.484	36.666
	124.309	118.845	124.309	118.845
Coligadas				
DFESA	33.223	30.958	33.223	30.958
SPES ⁹	-	-	31.967	31.668
Cubatão	3.353	3.353	3.353	3.353
(-) Provisão para Perda em Investimento	(3.353)	(3.353)	(3.353)	(3.353)
	33.223	30.958	65.190	62.626
	1.896.540	1.964.198	189.499	181.471

⁹ Sociedade de Propósito Específico.

Notas Explicativas



a) Informações sobre Investimentos

Descrição						Controladora
	Milhares de Ações da Companhia	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício
		Ordinárias	Capital Social			
Em 31 de dezembro de 2013						
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	1.538.756	4.960.358	149.258
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	275.639	325.152	17.228
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	118.719	307.540	33.959
SCGÁS	45.476	17,00%	51,00%	222.159	370.923	31.424
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	134.423	350.545	38.914
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.645	5.620	(4)
Em 31 de março de 2014						
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	1.431.380	5.264.014	(107.376)
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	307.628	355.296	31.989
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	131.080	330.723	12.363
SCGÁS	45.476	17,00%	51,00%	234.005	380.019	11.846
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	144.258	347.347	9.835
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.645	5.620	(46)

Descrição						Consolidado
	Milhares de Ações da Companhia	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício
		Ordinárias	Capital Votante			
Em 31 de dezembro de 2013						
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	118.719	307.540	33.959
SCGÁS	45.476	17,00%	51,00%	222.159	370.923	31.424
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	134.423	350.545	38.914
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.645	5.620	(4)
Rondinha Energética S.A.	21.125	32,50%	32,50%	60.667	76.473	(211)
Painel Energética S.A.	4.745	32,50%	32,50%	5.500	5.500	(23)
Campo Belo Energética S.A.	1.350	30,00%	30,00%	6.030	6.442	(49)
Cia Energética Rio das Flores S.A.	7.205	25,00%	25,00%	29.435	61.921	955
Xavantina Energética S.A.	162	40,00%	40,00%	2.490	2.531	-
Em 31 de março de 2014						
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	131.080	330.723	12.363
SCGÁS	45.476	17,00%	51,00%	234.005	380.019	11.846
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	144.258	347.347	9.835
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.645	5.620	(46)
Rondinha Energética S.A.	21.125	32,50%	32,50%	60.813	61.410	(683)
Painel Energética S.A.	4.745	32,50%	32,50%	5.497	5.500	(9)
Campo Belo Energética S.A.	1.350	30,00%	30,00%	6.040	6.454	(18)
Cia Energética Rio das Flores S.A.	7.205	25%	25%	30.433	61.838	999
Xavantina Energética S.A.	162	40%	40%	2.490	2.625	-

Notas Explicativas



b) Movimentação dos Investimentos

Descrição						Controladora
	Celesc D	Celesc G	ECTE	SCGÁS	DFESA	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.538.756	275.639	36.666	82.178	30.958	1.964.198
Amortização Ágio – Concessão	-	-	-	(367)	-	(368)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(107.376)	31.989	3.818	2.014	2.265	(67.290)
Saldos em 31 de março 2014	1.431.380	307.628	40.484	83.825	33.223	1.896.540

Descrição					Consolidado
	ECTE	SCGÁS	DFESA	SPEs	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	36.666	82.179	30.958	31.668	181.471
Amortização Ágio – Concessão	-	(368)	-	-	(368)
Resultado de Equivalência Patrimonial	3.818	2.014	2.265	20	8.117
Outros Ajustes	-	-	-	279	279
Saldos em 31 de março 2014	40.484	83.825	33.223	31.967	189.499

O ágio gerado na aquisição da SCGÁS é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa.

15. Imobilizado

a) Composição do Saldo

Descrição							Consolidado
	Terrenos	Reservatórios Barragens e Adutoras	Prédios e Construções	Máquinas e Equipamentos	Outros	Obras em Andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013	7.072	43.141	1.895	10.537	218	158.266	221.129
Custo do Imobilizado	20.036	185.024	13.012	65.343	1.129	158.266	442.810
Provisão para Perdas	(12.964)	(84.001)	(2.465)	(19.386)	(78)	-	(118.894)
Depreciação Acumulada	-	(57.882)	(8.652)	(35.420)	(833)	-	(102.787)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	7.072	43.141	1.895	10.537	218	158.266	221.129
Depreciação	-	(9.649)	(366)	(2.400)	(41)	-	(12.456)
Provisão para Perdas (i)	-	5.550	204	1.277	12	-	7.043
Saldos em 31 de março de 2014	7.072	39.042	1.733	9.414	189	-	215.716
Custo do Imobilizado	20.036	185.024	13.012	65.343	1.129	158.266	442.810
Provisão para Perdas (i)	(12.964)	(78.451)	(2.261)	(18.109)	(66)	-	(111.851)
Depreciação Acumulada	-	(67.531)	(9.018)	(37.820)	(874)	-	(115.243)
Saldos em 31 de março de 2014	7.072	39.042	1.733	9.414	189	158.266	215.716

Notas Explicativas

(i) A provisão para perdas registrada no montante de R\$111.851 em 31 de março de 2014 é resultado da não renovação das concessões do parque gerador da Celesc G (Bracinho, Garcia, Ivo Silveira, Palmeiras, Rio dos Cedros e Salto) conforme decisão em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 22 de novembro de 2012, mencionada na nota explicativa 1.1.

16. Intangível

Descrição	Controladora				Total
	31 de dezembro 2013	Amortizações	31 de março 2014		
Contrato de Concessão ECTE	8.463	(126)	8.337		

Descrição	Consolidado				Total
	Contratos de Concessão (a) Celesc D	Software Adquiridos	Ágio	Uso do Bem Público (b) Celesc G	
Saldos em 31 de dezembro de 2013	233.192	4.258	8.463	5.007	250.920
Custo Total	960.353	4.802	14.248	5.007	984.410
Amortização Acumulada	(727.161)	(544)	(5.785)	-	(733.490)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	233.192	4.258	8.463	5.007	250.920
Adições	5.507	194	-	151	5.852
Baixas	(821)	-	-	-	(821)
Amortizações	(40.883)	(136)	(126)	(391)	(41.536)
Transferências	-	(75)	-	75	-
Saldos em 31 de março de 2014	196.995	4.241	8.337	4.842	214.415
Custo Total	965.039	4.921	14.248	5.233	989.441
Amortização Acumulada	(768.044)	(680)	(5.911)	(391)	(775.026)
Saldos em 31 de março de 2014	196.995	4.241	8.337	4.842	214.415
Taxa Média de Amortização %	11%				

O ágio gerado na aquisição da ECTE é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa.

a) Contratos de Concessão

Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), contabilidade de concessões, foi registrado no Ativo Intangível a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

Notas Explicativas



A ANEEL em conformidade ao marco regulatório brasileiro é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de concessão do setor elétrico, estabelecendo periodicamente uma revisão na avaliação destas taxas. As taxas estabelecidas pela ANEEL são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, estas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível.

b) Uso do Bem Público

Em 11 de julho de 2013, o contrato de concessão nº 006/2013, celebrado entre a Celesc G e a União, por intermédio da ANEEL, tem como objeto regular a exploração dos potenciais de energia hidráulica, por meio das centrais geradoras e instalações de transmissão de interesse restrito – PCH. A Celesc G deve recolher quota mensal de Uso de Bem Público – UBP, a partir de 15 de agosto de 2013, por um prazo de 60 meses ou até o final da concessão de cada PCH à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras.

O contrato de concessão firmado estabelece, dentre outros, o seguinte: (a) pelo uso do bem público a Companhia pagará à União, pelo prazo de 5 anos contados da assinatura do contrato, parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) do pagamento anual proposto, atualizado monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, tendo como base o índice relativo ao mês anterior ao da publicação do ato administrativo que aprovou a modificação do regime de exploração da concessão, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados ao aproveitamento hidrelétrico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL.

A contrapartida dessa obrigação está registrada no ativo intangível e será amortizada pelo mesmo período de vigência da obrigação. A amortização mensal é de R\$130,3. A estimativa dos fluxos de caixa para mensuração da UBP é decorrente da utilização da taxa de desconto definida pela Administração.

17. Resultado com Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL

a) Composição do IRPJ e da CSLL Diferidos Líquidos

Descrição	Diferido Ativo		Diferido Passivo		Consolidado	
	31 de março	31 de dezembro	31 de março	31 de dezembro	31 de março	31 de dezembro
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Diferenças Temporárias						
Provisão para Contingências	122.311	121.251	-	-	122.311	121.251
Provisão para Perdas em Ativos	86.304	88.480	-	-	86.304	88.480
Benefício Pós-Emprego	178.268	190.595	-	-	178.268	190.595
Custo Atribuído	-	-	49.942	54.057	(49.942)	(54.057)
IRPJ e CSLL s/ Prej. Fiscal	24.284	24.284	-	-	24.284	24.284
RTE	74.839	74.839	-	-	74.839	74.839
Efeitos ICPC 01	-	-	69.101	67.511	(69.101)	(67.511)
Efeitos CPC 38	-	-	88.079	74.231	(88.079)	(74.231)
Outras provisões	-	-	432	766	(432)	(766)
	486.006	499.449	207.554	196.565	278.452	302.884

Notas Explicativas



Descrição	Consolidado	
	31 de março 2014	31 de dezembro 2013
Ativo	290.365	316.517
Passivo	(11.913)	(13.633)
Tributo Diferido Líquido	278.452	302.884

b) Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido

A conciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2014	31 de março 2013	31 de março 2014	31 de março 2013
Lucro antes do IRPJ e a CSLL	(72.815)	(180.727)	(30.271)	(196.541)
Alíquota Nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
IRPJ e SCLL	24.757	61.447	10.292	66.824
Adições e Exclusões Permanentes				
Equivalência Patrimonial	(22.879)	(58.810)	2.753	2.384
Benefício Fiscal	-	-	-	(1.174)
Incentivo Fiscal	-	-	(36)	(35)
Juro Sobre Capital Próprio	-	-	-	-
Provisões Indedutíveis	-	-	(81)	3
Multas Indedutíveis	-	-	(2.649)	(4.795)
IRPJ/CSLL sobre Prejuízo Fiscal não Constituído	-	-	(19.726)	-
Participação dos Administradores	(88)	(40)	(88)	(60)
Ultrapassagem da Demanda	-	-	(38.420)	-
Outras Adições (Exclusões)	(1.790)	(2.597)	5.411	(47.332)
	-	-	(42.544)	15.815
Corrente	-	-	(18.113)	(2.975)
Diferido	-	-	(24.431)	18.790
	-	-	-	-
Alíquota Efetiva	-	-	140,54%	-8,05%

18. Fornecedores

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2014	31 de dezembro 2013
Energia Elétrica	400.989	327.809
Encargos de Uso da Rede Elétrica	27.929	28.485
Materiais e Serviços	39.603	78.985
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	531.387	122.575
	999.908	557.854

Notas Explicativas



19. Empréstimos e Financiamentos

Os contratos de Empréstimos e Financiamentos são garantidos, principalmente, por recebíveis das Companhias.

<u>Consolidado</u>	<u>Taxa</u>	<u>31 de</u>	<u>31 de</u>
<u>Descrição</u>	<u>de Juros e</u>	<u>março</u>	<u>dezembro</u>
	<u>Comissões %</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Empréstimos Bancários (a)	7,55 a.a.	108.059	163.397
Empréstimos Bancários (a)	0,92 a.m.	88.230	-
Eletrobras (b)	5,00 a.a.	168.265	177.591
Finame (c)	2,5 a 8,7 a.a.	37.098	37.651
Total		401.652	378.639
Circulante		244.940	199.686
Não Circulante		156.712	178.953

a) Empréstimos Bancários

Visando atender as necessidades da Celesc D, o Conselho de Administração autorizou na reunião do dia 17 de outubro de 2012 a captação de recursos para Capital de Giro no valor de R\$110 mil, a taxa de 7,55% a.a. com 12 (doze) meses de carência e 06 (seis) meses para pagamento. Este contrato tem como garantia os recebíveis e estão sendo anuídos pela ANEEL.

Em 17 de janeiro de 2013, o Conselho de Administração autorizou a captação de recursos para Capital de Giro da Celesc D no valor de R\$89 mil a taxa de 7,55% a.a. Este contrato tem como garantia os recebíveis e estão sendo anuídos pela ANEEL.

Os demais empréstimos correspondem à utilização de cartão de crédito corporativo a taxa de 0,92%.

b) Eletrobras

Os valores contratados destinam-se, entre outras aplicações, aos programas de eletrificação rural, sendo que os recursos advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobras. Em geral, estes contratos possuem carência de 24 meses, amortização com períodos de 60 meses, sendo alguns superiores a 96 meses, taxa de juros de 5% a.a. e taxa de administração de 2% a.a., oferecem os recebíveis como garantia e estão anuídos pela ANEEL.

c) Finame

Os empréstimos contratados destinaram-se a suprir parte da insuficiência de recursos da Celesc D e foram utilizados na compra de máquinas e equipamentos. Cada aquisição de equipamento constitui um contrato, que foram negociados a taxas de juros anuais que variam de 2,5% a.a. a 8,7% a.a.. Suas aplicações estavam previstas, inicialmente, para os anos 2011 e 2012. Entretanto, houve aplicações em 2013 e ainda podem ocorrer até 2017.

O valor contratado pode chegar a R\$50,0 mil, e os empréstimos são amortizados em 96 meses, cujo início ocorreu em agosto de 2011. Em caso de inadimplência, a garantia está vinculada aos recebíveis do contratante e estão anuídos pela ANEEL.

Notas Explicativas



19.1. Composição dos Vencimentos de Longo Prazo

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2014	31 de dezembro 2013
Um a cinco anos	133.252	150.905
Acima de cinco anos	23.460	28.048
	156.712	178.953

19.2. Movimentação de Empréstimos e Financiamentos

Em 31 de Dezembro de 2013	199.686	178.953	378.639
Ingressos	88.230	403	88.633
Encargos Provisionados	6.095	-	6.095
Transferências	22.644	(22.644)	-
Amortizações de Principal	(65.277)	-	(65.277)
Pagamentos de Encargos	(6.438)	-	(6.438)
Em 31 de Março de 2014	244.940	156.712	401.652

20. Debêntures

A emissão de 30 mil Debêntures não conversíveis em ações com valor nominal unitário de R\$10, para fins e efeitos legais, foi realizada em 15 de maio de 2013. Tendo um prazo de 72 meses contados da data de emissão, portanto, seu vencimento será no dia 15 de maio de 2019. A amortização será em 3 parcelas, anuais e consecutivas, sendo a primeira devida a partir do 48º mês contado da data de emissão, ou seja, em 15 de maio de 2017 e a remuneração será paga em parcelas semestrais e consecutivas, sem carência, a partir da data de emissão.

Os recursos desta emissão destinam-se exclusivamente para reforço de capital de giro e realização de Investimentos. As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, *over* extra-Grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescidos de uma sobretaxa ou *spread* de 1,30%.

Ao final de cada exercício, a partir de 2014, a Companhia tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado a emissão das debêntures não apresentar a relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2.

Notas Explicativas



Descrição	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2013	303.033
Atualização Monetária	7.037
Custos na Emissão de Debêntures	92
	310.162
Em 31 de março de 2014	
Circulante	11.668
Não Circulante	298.494

21. Tributos e Contribuições Sociais

a) Composição

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2014	31 de dezembro 2013	31 de março 2014	31 de dezembro 2013
ICMS	-	-	75.943	82.667
PIS e COFINS	-	4.492	20.791	28.652
REFIS (i)	-	104	-	104
IRPJ e CSLL	-	-	20.756	47.633
INSS Parcelamento	-	-	2.321	2.487
Outros	63	88	4.669	5.943
	63	4.684	124.480	167.486
Circulante	63	4.684	124.480	167.486

(i) Programa de Recuperação Fiscal – REFIS

Em novembro de 2009, a Companhia aderiu ao REFIS, instituído pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais de parcelamentos ativos por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais.

As condições gerais desse parcelamento podem ser assim resumidas:

- a) parcelamento de débitos vencidos até 30 de novembro de 2008;
- b) inclusão de débitos já parcelados anteriormente (REFIS, PAES, PAEX e Parcelamentos Ordinários);
- c) redução de multa e juros, de acordo com origem do débito (juros, multas e encargos leais), assim como prazo determinado para quitação do parcelamento;
- d) não tributação dos benefícios gerados na aplicação das reduções legais;
- e) utilização de prejuízos fiscais acumulados para quitação do valor devido de juros e multas; e
- f) parcelamento em até 180 vezes, atualizado pela Selic.

A movimentação referente aos pagamentos efetuados em virtude do parcelamento está descrita no quadro a seguir:

Descrição	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	104	104
(-) Amortizações no Período	(104)	(104)
Saldo em 31 de março de 2014	-	-

Notas Explicativas



Em cumprimento ao disposto no artigo 1º da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 2, a Companhia, em 31 de março de 2012, prestou as informações necessárias à consolidação das modalidades de parcelamento.

Em janeiro de 2014, a Companhia quitou o referido parcelamento e está no aguardo da homologação pela Receita Federal do Brasil – RFB.

22. Taxas Regulamentares

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2014	31 de dezembro 2013
Programa de Eficiência Energética – PEE	153.397	147.795
Encargo de Capacidade Emergencial – ECE	61.781	60.432
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	67.305	67.381
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	8.854	4.838
Reserva Global de Reversão – RGR	278	278
Uso do Bem Público	4.772	5.007
Outros	1.060	1.049
	297.447	286.780
Circulante	173.911	174.621
Não Circulante	123.536	112.159

23. Provisão para Contingências e Depósitos Judiciais

Nas datas das Demonstrações Financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados as contingências:

Descrição	Controladora			
	Depósitos Judiciais		Provisões para Contingências	
	31 de março 2014	31 de dezembro 2013	31 de março 2014	31 de dezembro 2013
Contingências:				
Tributária	2.154	2.154	1.263	1.263
Trabalhistas	9	-	-	-
Cíveis	645	-	-	-
Regulatórias	6.627	6.627	6.627	6.627
	9.435	8.781	7.890	7.890

Descrição	Consolidado			
	Depósitos Judiciais		Provisões para Contingências	
	31 de março 2014	31 de dezembro 2013	31 de março 2014	31 de dezembro 2013
Contingências:				
Tributária	3.782	3.782	29.522	29.522
Trabalhistas	51.628	51.334	75.341	75.612
Cíveis	43.397	42.240	353.195	349.137
Regulatórias	46.405	46.405	51.534	51.534
	145.212	143.761	509.592	505.805

Notas Explicativas

As movimentações de provisões e depósitos estão demonstradas a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Depósitos Judiciais	Provisões para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisões para Contingências
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>8.781</u>	<u>7.890</u>	<u>143.761</u>	<u>505.805</u>
Adições	654	-	4.697	8.080
Baixas	-	-	(3.246)	(4.293)
Saldos em 31 de março de 2014	<u>9.435</u>	<u>7.890</u>	<u>145.212</u>	<u>509.592</u>

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e regulatórios em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, respaldadas pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

A natureza das contingências pode ser sumariada como segue:

a) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias nas esferas federal, estadual e municipal.

b) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços relativas a questões de verbas rescisórias, salariais, enquadramentos e outros.

A principal ação refere-se as provisões trabalhistas movidas pelo Ministério Público contra a Celesc D no que se refere às terceirizações. O processo encontra-se em fase de instrução e apresenta valor de R\$30 mil. Os assessores jurídicos internos da Celesc D entendem que a mesma é provável de perda.

c) Contingências Cíveis

Decorre principalmente da ação impetrada pelo Ministério Público Federal acerca da Reposição Tarifária Extraordinária – RTE de 2003, homologada pela ANEEL no valor de R\$220.115, bem como de ações judiciais movidas pelos consumidores (classe industrial), que reivindicam o reembolso de valores pagos resultantes da majoração da tarifa de energia elétrica, com base nas Portarias DNAEE nº 38, de 27 de fevereiro de 1986 e nº 45, de 04 de março de 1986, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado. A Celesc D constituiu provisão considerada suficiente para cobrir eventuais perdas com os processos dessa natureza. Quanto ao efeito sobre os anos subsequentes, denominado “Efeito Cascata”, não é possível no momento avaliar as possíveis decisões do Judiciário bem como estimar os possíveis efeitos.

Notas Explicativas



Também foram constituídas provisões de diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais a Companhia é ré, relativas a questões de indenizações causadas por falha na rede de energia elétrica (danos materiais, danos morais e lucros cessantes), desapropriação, corte (danos morais e danos materiais), acidente (danos morais, materiais e pensão), inscrição indevida no SERASA/SPC (danos morais), entre outras.

d) Contingências Regulatórias

O Grupo foi autuado pela ANEEL em alguns processos administrativos que implicaram em multas pela transgressão de alguns itens da qualidade no atendimento de consumidores e outras matérias. A Companhia recorreu na esfera administrativa contra as penalidades impostas.

e) Perdas Possíveis – Não Provisionadas

O Grupo tem ações de natureza tributária, trabalhista, cíveis, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Descrição	Consolidado	
	31 de março 2014	31 de dezembro 2013
Contingências:		
Tributárias	2.055	2.055
Trabalhistas	771	681
Cíveis	24.993	24.079
Regulatórias	15.172	15.172
	42.991	41.987

24. Passivo Atuarial

Obrigações Registradas	Consolidado	
	31 de março 2014	31 de dezembro 2013
Planos Previdenciários	596.093	598.387
Plano Misto/Transitório (a)	596.093	598.387
Outros Benefícios a Empregados	429.751	461.102
Plano Celos Saúde (b)	186.243	196.867
Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI (c)	7.065	10.803
Programa de Demissão Voluntária – PDV 2012 (d)	206.221	223.750
Outros Benefícios (e)	30.222	29.682
Total	1.025.844	1.059.489
Circulante	169.862	172.275
Não Circulante	855.982	887.214

Notas Explicativas



A Celesc D é patrocinadora da Fundação de Seguridade Social – Celos, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a complementação de aposentadoria para os participantes representados basicamente pelos seus empregados.

a) Planos Previdenciários

A partir de janeiro de 1997, foi implementado um novo plano de previdência complementar para os novos empregados com características de contribuição variável, denominado “Plano Misto”, contemplando a renda de aposentadoria programada.

Para os participantes que pertenciam ao plano transitório foi elaborado um processo de migração dando oportunidade aos participantes do referido plano migrarem para o Plano Misto.

Este processo de migração se deu em dois períodos: de maio a agosto de 1999 e fevereiro de 2000. Mais de 98% dos empregados ativos optaram pela migração.

O Plano Misto tem características de benefício definido para a parcela de reserva matemática já existente na data da transição e contribuição definida para as contribuições posteriores a transição. O plano anterior de benefício definido, denominado “Plano Transitório” continua existindo, cobrindo quase que exclusivamente participantes aposentados e seus beneficiários.

A Celesc D firmou, em 30 de novembro de 2001, o contrato para pagamento de 277 contribuições adicionais mensais, com incidência de juros de 6% ao ano e atualização pela variação do IGP-M, para cobertura do passivo atuarial do Plano Misto e Transitório.

Em outubro de 2010 por meio de termo aditivo houve a mudança do indexador de atualização do IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

b) Plano Celos Saúde

A Celesc D oferece aos seus empregados ativos, aposentados e pensionistas plano de saúde (assistência médica, hospitalar e odontológica).

c) Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI

Por meio da Deliberação nº 243, de 09 de dezembro de 2002, a Celesc D aprovou o PDVI, o qual foi homologado pelo Governo do Estado de Santa Catarina visando à redução de custos operacionais.

Esse programa foi implementado a partir de janeiro 2003 e teve a adesão de 1.089 empregados. Até 31 de março de 2014 a Celesc D havia quitado o débito com 971 beneficiários.

d) Programa de Demissão Voluntária – PDV

Por meio da Deliberação nº 168, de 15 de maio de 2012, a Celesc D aprovou o Plano de Adequação de Quadros, do qual faz parte o Plano de Demissão Voluntária – PDV.

Notas Explicativas

Esse programa foi implementado a partir de novembro de 2012, inicialmente aderiram 734 empregados e até junho de 2013 houve a inclusão de mais 19 empregados. Desligaram-se da Celesc D 753 beneficiários.

Até 31 de março de 2014 a Celesc D havia quitado o débito com 151 beneficiários.

e) Outros Benefícios

Trata-se de valores referentes ao auxílio deficiente, auxílio funeral, indenização por morte natural ou acidental e benefício mínimo ao aposentado.

24.1. Resultados da Avaliação Atuarial**a) Evolução do Valor Presente das Obrigações**

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2002	PDV 2012	Plano Pecúlio	Outros Benefícios
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.672.550	898.700	144.271	34.882	288.814	6.584	33.044
Custo do Serviço Corrente Bruto (com juros)	(357)	(4.066)	(19.070)	-	-	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	142.834	75.951	10.262	2.156	20.978	571	2.793
Benefícios Pagos no Ano	(91.582)	(68.689)	(53.035)	(20.558)	(86.972)	(196)	(910)
Contribuições de Participante Vertida no Ano	5.491	4.791	26.805	-	-	-	-
Obrigações Ganho/Perda	(305.093)	(212.586)	123.234	(5.677)	930	1.412	(5.886)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.423.843	694.101	232.467	10.803	223.750	8.371	29.041

b) Evolução do Valor Justo dos Ativos

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2002	PDV 2012	Plano Pecúlio	Outros Benefícios
Saldos em 31 de dezembro de 2012	1.185.284	377.531	19.978	-	-	8.662	-
Benefícios Pagos no Ano	(91.582)	(68.689)	(53.035)	(20.558)	(86.972)	(196)	(910)
Contribuições de Participante Vertida no Ano	5.491	4.791	26.805	-	-	-	-
Contribuições da Patrocinadora Vertida no Ano	32.481	30.328	31.936	20.558	86.972	196	910
Juros sobre Ativo	101.900	32.094	1.499	-	-	752	(75)
Ganho/Perda sobre Ativos	(47.814)	(42.258)	8.417	-	-	(1.684)	75
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.185.760	333.797	35.600	-	-	7.730	-

Notas Explicativas



c) Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2002	PDV 2012	Plano Pecúlio	Outros Benefícios
Passivo/Ativo Atuarial Líquido Total a ser Reconhecido em 31 de dezembro de 2012	(487.266)	(521.169)	(124.293)	(34.882)	(288.814)	2.078	(33.044)
Valor Presente das Obrigações Atuariais com Cobertura	1.423.843	694.101	232.467	10.803	223.750	8.371	29.041
Benefícios Concedidos	1.146.538	694.089	212.398	10.803	223.750	1.362	27.383
Benefícios a Conceder	277.305	12	20.069	-	-	7.009	1.658
Valor justo dos ativos	1.185.760	333.797	35.600	-	-	7.730	-
Superávit /Déficit	(238.083)	(360.304)	(196.867)	(10.803)	(223.750)	(641)	(29.041)
Passivo/Ativo Atuarial Líquido Total a ser Reconhecido em 31 de dezembro de 2013	(238.083)	(360.304)	(196.867)	(10.803)	(223.750)	(641)	(29.041)

d) Custos Reconhecidos na Demonstração do Resultado do Exercício do Primeiro Trimestre de 2014

Descrição	31 de março 2014	31 de março 2013
Plano Transitório	8.393	11.249
Plano Misto	5.773	10.964
Plano Pecúlio	814	653
PDVI 2002	150	539
PDVI 2012	5.072	5.245
Plano Médico	1.487	3.445
	18.715	32.095

e) Hipóteses Atuariais e Econômicas

As premissas atuariais e econômicas utilizadas foram às seguintes:

Descrição	31 de dezembro 2013
Taxa de Desconto	11,18%
Taxa Esperada de Retorno dos Ativos	11,18%
Taxa de Crescimento Salarial	5,55%
Taxa de Inflação Futura	4,50%
Taxa de Crescimento dos Custos Médicos	7,67%
Taxa de Crescimento dos Custos Médicos Faixa Etária	7,67%
Taxa ou Tábua de Rotatividade	0,60%
Taxa de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0,00%
Indexador de Reajuste de Salários	IPCA
Indexador de Reajuste dos Benefícios	IPCA
Fator de Determinação do Valor Real dos Salários	97,50%
Fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios	97,50%

Notas Explicativas



f) Hipóteses Biométricas

Descrição	31 de dezembro 2013
Mortalidade Geral	AT-1983
Mortalidade de Inválidos	AT-1949
Entrada em Invalidez	Ligh Média agravada em 25%

g) Despesa Estimada para o Exercício de 2014

A estimativa da despesa para o exercício de 2014 está demonstrada a seguir:

Descrição	Despesa a ser Reconhecida em 2014 ¹⁰
Plano Transitório	33.571
Plano Misto	23.091
Plano Pecúlio	61
PDVI 2002	601
PDV 2012	20.290
Plano Médico	(5.950)
Outros Benefícios	3.196
	74.861

25. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.017.700, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%), também nominativas. As ações preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos.

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro a seguir:

Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	-	7.791.201	20,20
PREVI	5.140.868	33,11	437.807	1,90	5.578.675	14,46
Celos	1.340.274	8,63	230.800	1,00	1.571.074	4,07
Fundo de Investimentos Geração Futuro	257.600	1,66	2.076.800	9,01	2.334.400	6,05
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Fundo de Investimentos Tarpon	-	-	5.177.623	22,47	5.177.623	13,42
MCAP Poland FIA	-	-	2.828.700	12,27	2.828.700	7,34
Outros	993.152	6,40	8.149.759	35,37	9.142.911	23,71
Total	15.527.137	40,26	23.044.454	59,74	38.571.591	100

¹⁰ As despesas projetadas para o próximo exercício foram apuradas de acordo com a Deliberação CVM nº 695/2012.

Notas Explicativas



b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

O quadro a seguir demonstra o efeito líquido no montante de R\$182.324 em 31 de março de 2014 e R\$190.313 em 31 de dezembro de 2013, no Patrimônio Líquido:

Ajuste de Avaliação Patrimonial	31 de março 2014	31 de dezembro 2013
<i>Deemed Cost</i> – Celesc G	96.946	104.935
Ajuste Passivo Atuarial – Celesc D (CPC 33)	85.378	85.378
182.324	190.313	190.313

c) Lucro/Prejuízo Diluído por Ação

O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 31 de março de 2014 e de 2013 foi baseado no lucro líquido do período e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados.

Em 31 de março de 2014 e de 2013, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações. Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e data da conclusão destas informações trimestrais.

Nos trimestres findos em 31 de março de 2014 e de 2013 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

d) Composição do Lucro Básico e Diluído

	Controladora	
	31 de março 2014	31 de março 2013
Média Ponderada de Ações (em milhares):		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	15.527	15.527
Ações Preferenciais Nominativas – PN	23.044	23.044
Lucro/Prejuízo Básico e Diluído por Ação Atribuído aos Acionistas da Companhia (em R\$):		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	(1,7814)	-4,6855
Ações Preferenciais Nominativas – PN	(1,9595)	-4,6855
Lucro/Prejuízo Básico e Diluído Atribuído aos Acionistas da Companhia (em R\$):		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	(27.660)	(72.752)
Ações Preferenciais Nominativas – PN	(45.155)	(107.975)
	(72.815)	(180.727)

Notas Explicativas



26. Seguros

As coberturas de seguros, em 31 de março de 2014, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Empresa	Ramo	Ativos Cobertos	Vigência	Consolidado
				Segurado
Celesc D	Seguro Garantia	Bens e Direitos Concessionários	08.11.2011 à 31.12.2014	400.000
Celesc D	Riscos Nomeados	Prédio Sede	01.01.2014 à 31.12.2014	52.360
Celesc D	Transporte Nacional	Transporte Mercadorias	01.01.2014 à 31.12.2014	3.500
Celesc D	Riscos Nomeados	Subestações	14.05.2013 à 14.05.2014	20.000
Celesc G	Incêndio/Raio/Explosão	Usinas e Subestações	08.06.2013 à 08.06.2014	18.768
Celesc G	Queda de Aeronave	Usinas e Subestações	08.06.2013 à 08.06.2014	9.384
Celesc G	Vendaval	Usinas e Subestações	08.06.2013 à 08.06.2014	9.384
Celesc G	Danos Elétricos	Usinas e Subestações	08.06.2013 à 08.06.2014	18.768

27. Informações por Segmento de Negócios

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

A apresentação dos segmentos é consistente com os relatórios internos fornecidos à Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Diretoria Executiva correspondente aos exercícios findos em 31 de março de 2014 e 2013, são as seguintes:

Descrição	31 de março de 2014				
	Controladora	Celesc D	Celesc G	Ajustes de Consolidação	Total
Receita Operacional Líquida – ROL	-	1.243.112	57.808	(526)	1.300.394
Custo das Vendas	-	(1.239.266)	(8.400)	526	(1.247.140)
Lucro Bruto	-	3.846	49.408	-	53.254
Despesas com Vendas	-	(38.076)	(158)	-	(38.234)
Despesas Gerais e Administrativas	(6.105)	(72.520)	(1.599)	-	(80.224)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	18	(18.622)	(576)	-	(19.180)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(67.290)	-	20	75.387	8.117
Lucro Operacional	(73.377)	(125.372)	47.095	75.387	(76.267)
Receitas Financeiras	1.060	68.318	1.651	-	71.029
Despesas Financeiras	(498)	(24.171)	(364)	-	(25.033)
Resultado Financeiro Líquido	562	44.147	1.287	-	45.996
Lucro antes IRPJ e CSLL	(72.815)	(81.225)	48.382	75.387	(30.271)
IRPJ e CSLL	-	(26.151)	(16.393)	-	(42.544)
Lucro/Prejuízo do Exercício	(72.815)	(107.376)	31.989	75.387	(72.815)
Informações Suplementares					
Total dos Ativos	2.122.793	5.264.014	355.296		
Total dos Passivos	58.146	3.832.634	47.668		

Notas Explicativas



31 de março de 2013

Descrição	Controladora	Celesc D	Celesc G	Ajustes de Consolidação	Total
Receita Operacional Líquida – ROL	-	1.258.079	21.095	(455)	1.278.719
Custo das Vendas	-	(1.281.765)	(9.308)	455	(1.290.618)
Lucro Bruto	-	(23.686)	11.787	-	(11.899)
Despesas com Vendas	-	(38.147)	-	-	(38.147)
Despesas Gerais e Administrativas	(8.764)	(84.931)	(2.672)	-	(96.367)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	-	(66.122)	(384)	-	(66.506)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(172.970)	-	(177)	179.982	6.835
Lucro Operacional	(181.734)	(212.886)	8.554	179.982	(206.084)
Receitas Financeiras	1.390	26.492	431	-	28.313
Despesas Financeiras	(383)	(17.970)	(418)	-	(18.771)
Resultado Financeiro Líquido	1.007	8.522	13	-	9.542
Lucro antes IRPJ e CSLL	(180.727)	(204.364)	8.567	179.982	(196.542)
IRPJ e CSLL	-	17.072	(1.257)	-	15.815
Lucro/Prejuízo do Exercício	(180.727)	(187.292)	7.310	179.982	(180.727)
Informações Suplementares					
Total dos Ativos	1.607.288	4.619.819	302.631		
Total dos Passivos	10.682	3.587.602	38.355		

27.1. Receita Operacional Consolidada

Descrição	31 de março 2014	31 de março 2013
Receita Operacional Bruta – ROB		
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	1.507.760	1.313.525
Suprimento de Energia Elétrica (a)	43.905	41.132
Disponibilização da Rede Elétrica	51.494	59.785
Energia de Curto Prazo	101.088	253.431
Arrendamento e Aluguéis	1.646	11.108
Renda de Prestação de Serviços	430	983
Outras Receitas Operacionais	2.269	1.866
Doações e Subvenções (i)	99.243	53.248
Receita de Construção	51.225	49.640
	1.859.060	1.784.718
Deduções da Receita Operacional Bruta		
ICMS	(362.953)	(309.025)
PIS	(29.374)	(27.653)
COFINS	(135.300)	(127.372)
ISS	(1)	(48)
Reserva Global de Reversão – RGR	(758)	(3.498)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(18.530)	(14.515)
Conta Consumo Combustíveis – CCC	-	(12.609)
Pesquisa e Desenvolvimento – P & D	(5.875)	(5.799)
Programa Eficiência Energética – PEE	(5.875)	(5.480)
	(558.666)	(505.999)
Receita Operacional Líquida – ROL	1.300.394	1.278.719

(i) Valor repassado pela Eletrobras, referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no artigo 13, inciso VII, da Lei Federal nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela MP nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e em cumprimento ao disposto no artigo 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. O montante da receita contabilizada como Subvenção e Repasse da CDE nos meses de janeiro a março de 2014 foi de R\$95.401. As demais se referem ao Programa de Baixa Renda no montante de R\$3.842.

Notas Explicativas



a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31.03.2014	31.03.2013	31.03.2014	31.03.2013	31.03.2014	31.03.2013
Residencial	2.024.618	1.956.099	1.569.749	1.327.044	583.945	464.128
Industrial	97.247	92.539	1.174.682	1.071.527	373.347	358.481
Comercial	233.657	224.300	1.059.691	933.990	378.432	337.517
Rural	231.372	230.534	387.715	332.695	83.565	69.903
Poder Público	20.985	20.243	111.610	98.330	34.636	34.957
Iluminação Pública	559	513	143.471	134.290	30.498	26.090
Serviço Público	2.554	2.504	84.398	79.508	23.337	22.449
Total do Fornecimento	2.610.992	2.526.732	4.531.316	3.977.384	1.507.760	1.313.525
Suprimento de Energia	80	57	457.529	381.396	43.905	41.132
Total	2.611.072	2.526.789	4.888.845	4.358.780	1.551.665	1.354.657

(i) Informações não revisadas

27.2. Custos e Despesas Operacionais Consolidadas

Os custos e despesas operacionais consolidados são compostos pelas seguintes naturezas de gastos:

Descrição	31 de março de 2014				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	1.063.855	-	-	-	1.063.855
Pessoal (b)	67.109	24.933	8.698	3.080	103.820
Administradores	-	1.455	-	-	1.455
Despesa Atuarial	-	18.715	-	-	18.715
Entidade de Previdência Privada (b)	3.753	1.150	463	-	5.366
Material	4.591	1.386	-	-	5.977
Custo de Construção	51.225	-	-	-	51.225
Custos e Serviços de Terceiros	15.532	16.336	21.237	53	53.158
Depreciação e Amortização	45.211	8.627	-	-	53.838
Provisões Líquidas	(7.043)	-	(2.109)	3.787	(5.365)
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	1.460	1.460
Comp. Fnc. p/ Utilização Recursos Hídricos	-	-	-	289	289
Outros Custos e Despesas	2.907	7.622	9.945	10.511	30.985
	1.247.140	80.224	38.234	19.180	1.384.778

Descrição	31 de março de 2013				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	1.096.724	-	-	-	1.096.724
Pessoal (b)	81.112	30.079	10.594	2.952	124.737
Administradores	-	2.012	-	-	2.012
Despesa Atuarial	-	32.095	-	-	32.095
Entidade de Previdência Privada (b)	4.594	1.313	566	-	6.473
Material	3.144	1.352	1	-	4.497
Custo de Construção	49.640	-	-	-	49.640
Custos e Serviços de Terceiros	14.162	16.826	16.993	106	48.087
Depreciação e Amortização	43.067	7.775	-	-	50.842
Provisões Líquidas	(7.040)	8	(29.083)	53.621	17.506
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	2.835	2.835
Comp. Fnc. p/ Utilização Recursos Hídricos	-	-	-	338	338
Outros Custos e Despesas	5.215	4.907	39.076	6.654	55.852
	1.290.618	96.367	38.147	66.506	1.491.638

Notas Explicativas



a) Energia Elétrica Comprada para Revenda

Descrição	31 de março 2014	GWh (i)	31 de março 2013	GWh (i)
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	126.565	1.050	112.566	1.076
Tractebel Energia S.A.	109.955	732	100.490	720
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	35.457	70	89.497	68
Petrobras S.A. – Ute Governador Leon	32.915	336	-	-
Termoelétricas Petrobras S.A.	-	-	59.731	325
Serra do Facão Energia S.A.	-	-	4.158	26
Energética Camacari Muricy S.A.	30.017	61	51.646	59
Furnas Centrais Elétricas S.A.	54.349	419	48.609	393
Arembepe Energia S.A.	38.769	61	52.525	59
Cemig Geração e Transmissão S.A.	43.971	272	39.445	267
Companhia Energética Potiguar	18.687	34	40.333	33
Companhia Energética de São Paulo S.A.	32.710	256	30.877	239
Copel Geração e Transmissão S.A.	33.445	257	31.931	260
Energética Suape II S.A.	34.934	52	17.743	50
Eletrobras Term nuclear S.A.	33.667	184	15.178	179
Enguia Gen Ba Ltda	11.588	35	16.479	34
Porto do Pecem Geração de Energia	17.714	120	9.618	116
Usina Xavantes S.A.	14.663	9	16.363	9
Lages Bioenergética Ltda	10.650	49	10.004	48
Foz do Chapecó Energia S.A.	9.058	53	8.899	56
Brentech Energia S.A.	7.350	13	7.820	12
Companhia Energética Estreito	8.658	53	7.895	52
Usina Termelétrica de Anápolis Ltda.	-	-	8.056	8
Candeias Energia S.A.	-	-	5.328	8
UTE Porto do Itaquí Geração de Energia	13.345	62	6.397	60
Geradora de Energia do Norte S.A.	-	-	5.075	9
Borborema Energética S.A.	-	-	3.143	4
Cia de Ger. Term. de E.E. – Eletrobras CGTEE	8.370	103	3.067	97
Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A.	-	-	3.204	29
Santo Antônio Energia S.A	14.739	148	-	-
Companhia Energética de Petrolina – CEP	23.580	51	56.143	49
MPX Comercialização de Energia Ltda	-	-	1.372	13
Conta no Ambiente de Contratação Regulada	(105.488)	-	-	-
Outros	70.689	389	47.315	449
	730.357	4.869	910.906	4.818
Encargo de Uso da Rede Elétrica	74.901	-	184.695	-
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	227.830	651	58.638	13
Proinfa	30.767	94	28.538	93
Recuperação de Despesas	-	-	(86.053)	-
	333.498	745	185.818	106
	1.063.855	5.614	1.096.724	4.900

(i) Informações não revisadas

Lei nº 12.783/13, Decretos nº 7.945/13, 8.203/14 e 8.221/14 – Aporte CDE/CCEE

Conforme descrito na nota 1.1. item “e” às informações trimestrais de 31 de março de 2014, a Lei nº 12.783/13, o Decreto nº 7.945/13 alterado pelo Decreto nº 8.203/14 e posterior Decreto nº 8.221/14, promoveram algumas alterações sobre a contratação de energia e os objetivos do encargo setorial Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, e também instituíram (i) o repasse de recursos da CDE às concessionárias de distribuição de custos relacionados a risco hidrológico, exposição involuntária, ESS – Segurança Energética e CVA ESS e Energia para o período de 2013 e janeiro de 2014, e (ii) o repasse através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE às concessionárias de distribuição de custos relacionados à exposição involuntária e despacho das usinas termelétricas a partir de fevereiro de 2014.

Notas Explicativas



O montante total reconhecido como consequência destas regulamentações foi de R\$558.917 no primeiro trimestre de 2014 (R\$ 94.824 no primeiro trimestre de 2013).

Os efeitos destes itens foram registrados como redução de custo com energia elétrica na rubrica Energia de Curto Prazo em contrapartida a outros créditos na rubrica Outros Créditos a Receber – Conta ACR e Subsídio Decreto 7.891/2013, de acordo com o CPC 07/IAS 20 – Subvenção e Assistência Governamentais.

b) Pessoal e Entidade de Previdência Privada

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2014	31 de março 2013	31 de março 2014	31 de março 2013
Pessoal				
Remunerações	3.836	4.799	59.783	71.223
Encargos Sociais	17	-	22.881	26.629
Participação nos Lucros e Resultados	-	-	3.211	2.627
Benefícios Assistenciais	-	-	6.672	6.286
Provisões e Indenizações	33	117	11.239	17.946
Outros	23	24	34	26
Entidade de Previdência Privada	-	-	5.366	6.473
	3.909	4.940	109.186	131.210

27.3. Resultado Financeiro

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31 de março 2014	31 de março 2013	31 de março 2014	31 de março 2013
Receitas Financeiras				
Renda de Aplicações Financeiras	692	462	11.081	1.805
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia Elétrica	-	-	11.865	13.426
Variações Monetárias	-	-	582	1.559
Incentivo Financeiro Fundo Social	-	-	3.450	4.350
Desvalorização Cambial s/ Energia Vendida	-	-	2.250	3.297
Receita Financeira de VNR	-	-	40.727	-
Outras Receitas Financeiras	368	928	1.074	3.876
	1.060	1.390	71.029	28.313
Despesas Financeiras				
Encargos de Dívidas	-	-	(6.172)	(7.254)
Variações Monetárias e Acréscimos Moratórios Energia Comprada	-	-	(2.070)	(233)
Variações Monetárias	-	-	(2.505)	(23)
Amortização do Ágio	(493)	(382)	(493)	(382)
Atualização P&D e Eficiência Energética	-	-	(5.051)	(3.647)
Despesa Financeira de VNR	-	-	-	(3.929)
Juros e Custas com Debêntures	-	-	(7.037)	-
Outras Despesas Financeiras	(5)	(1)	(1.705)	(3.303)
	(498)	(383)	(25.033)	(18.771)
Resultado Financeiro	562	1.007	45.996	9.542

Notas Explicativas



28. Informações Complementares da Celesc D

28.1. Balanço Patrimonial

Ativo	31 de março 2014	31 de dezembro 2013
Circulante	1.946.795	1.572.563
Caixa e Equivalentes de Caixa	358.698	583.995
Títulos e Valores Mobiliários	-	-
Contas a Receber de Clientes	818.412	776.223
Estoques	10.915	11.948
Tributos a Recuperar	70.733	91.680
Conta no Ambiente de Contratação Regulada	492.609	-
Outros Créditos	195.428	108.717
Não Circulante	3.317.219	3.387.795
Ativo Indenizatório (Concessão)	2.672.583	2.682.713
Contas a Receber de Clientes	6.732	7.170
Tributos Diferidos	290.365	316.517
Tributos a Recuperar	12.703	10.335
Depósitos Judiciais	135.689	134.908
Outros Créditos	2.152	2.960
Intangível	196.995	233.192
Total do Ativo	5.264.014	4.960.358
	31 de março 2014	31 de dezembro 2013
Passivo	1.900.790	1.450.872
Circulante	1.900.790	1.450.872
Fornecedores	998.652	555.279
Empréstimos e Financiamentos	244.940	199.686
Debêntures	11.668	4.631
Salários, Provisões Trabalhistas e Encargos Sociais	102.567	108.575
Tributos e Contribuições Sociais	104.121	142.617
Dividendos Propostos	35.449	35.449
Taxas Regulamentares	172.583	172.565
Previdência Privada	9.885	14.263
Passivo Atuarial	169.862	172.275
Outros Passivos	51.063	45.532
Não Circulante	1.931.844	1.970.730
Empréstimos e Financiamentos	156.712	178.953
Debêntures	298.494	298.402
Taxas Regulamentares	119.572	108.716
Passivo Atuarial	855.982	887.214
Provisão para Contingências	498.609	494.970
Outros Passivos	2.475	2.475
Patrimônio Líquido	1.431.380	1.538.756
Capital Social Realizado	1.053.590	1.053.590
Ajustes de Avaliação Patrimonial	85.378	85.378
Reservas de Lucro	399.788	399.788
Lucro/Prejuízo Acumulado	(107.376)	-
Total do Passivo	5.264.014	4.960.358

Notas Explicativas



28.2. Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

Descrição	31 de março 2014	31 de março 2013
Receita Operacional Líquida – ROL	1.243.112	1.258.079
Receita de Serviço de Energia Elétrica	1.191.887	1.208.439
Receita de Construção	51.225	49.640
Custos Operacionais	(1.239.266)	(1.281.765)
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(1.188.041)	(1.232.125)
Custo de Construção	(51.225)	(49.640)
Lucro Operacional Bruto	3.846	(23.686)
Despesas Operacionais	(129.218)	(189.200)
Despesas com Vendas	(38.076)	(38.147)
Despesas Gerais e Administrativas	(72.520)	(84.931)
Outras Despesas Operacionais	(18.622)	(66.122)
Resultado do Serviço	(125.372)	(212.886)
Resultado Financeiro	44.147	8.522
Receitas Financeiras	68.318	26.492
Despesas Financeiras	(24.171)	(17.970)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	(81.225)	(204.364)
IRPJ e CSLL	(26.151)	17.072
Diferido	(26.151)	17.072
Lucro/Prejuízo do Exercício	(107.376)	(187.292)

28.2.1. Receita Operacional

Descrição	31 de março 2014	31 de março 2013
Receita Operacional Bruta – ROB		
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	1.496.781	1.303.090
Suprimento de Energia Elétrica (a)	39.853	27.056
Disponibilização da Rede Elétrica	52.020	60.240
Energia de Curto Prazo	54.328	253.431
Outras Receitas Operacionais	103.588	67.205
Receita de Construção	51.225	49.640
	1.797.795	1.760.662
Deduções da Receita Operacional Bruta		
ICMS	(362.953)	(307.646)
PIS	(28.799)	(27.290)
COFINS	(132.650)	(125.698)
Reserva Global de Reversão – RGR	-	(3.498)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(18.530)	(14.515)
Conta Consumo Combustíveis – CCC	-	(12.609)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(5.875)	(5.799)
Programa Eficiência Energética – PEE	(5.875)	(5.480)
Outros Encargos	(1)	(48)
	(554.683)	(502.583)
Receita Operacional Líquida – ROL	1.243.112	1.258.079

Notas Explicativas



a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31.03.2014	31.03.2013	31.03.2014	31.03.2013	31.03.2014	31.03.2013
Residencial	2.024.618	1.956.099	1.569.749	1.327.044	583.945	464.128
Industrial	97.237	92.531	1.120.498	1.035.508	365.923	350.351
Comercial	233.656	224.299	1.037.383	925.534	374.877	335.212
Rural	231.372	230.534	387.715	332.695	83.565	69.903
Poder Público	20.985	20.243	111.610	98.330	34.636	34.957
Iluminação Pública	559	513	143.471	134.290	30.498	26.090
Serviço Público	2.554	2.504	84.398	79.508	23.337	22.449
Total do Fornecimento	2.610.981	2.526.723	4.454.824	3.932.909	1.496.781	1.303.090
Suprimento de Energia	46	49	374.055	324.166	39.853	27.056
Total	2.611.027	2.526.772	4.828.879	4.257.075	1.536.634	1.330.146

(i) Informações não revisadas

28.2.2. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	31 de março de 2014				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.063.787	-	-	-	1.063.787
Pessoal	65.530	20.025	8.649	3.080	97.284
Despesa Atuarial	-	18.715	-	-	18.715
Entidade Previdência Privada	3.753	1.150	463	-	5.366
Material	4.568	1.377	-	-	5.945
Custo de Construção	51.225	-	-	-	51.225
Custos e Serviços de Terceiros	15.055	15.732	21.144	53	51.984
Depreciação e Amortização	32.442	8.441	-	-	40.883
Provisões Líquidas	-	-	(2.109)	3.639	1.530
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	1.321	1.321
Outros Custos e Despesas	2.906	7.080	9.929	10.529	30.444
	1.239.266	72.520	38.076	18.622	1.368.484

Descrição	31 de março de 2013				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.095.278	-	-	-	1.095.278
Pessoal	79.608	23.160	10.594	2.952	116.314
Administradores	-	10	-	-	10
Despesa Atuarial	-	32.095	-	-	32.095
Entidade Previdência Privada	4.594	1.313	566	-	6.473
Material	3.133	1.340	1	-	4.474
Custo de Construção	49.640	-	-	-	49.640
Custos e Serviços de Terceiros	13.652	14.853	16.993	106	45.604
Depreciação e Amortização	30.665	7.591	-	-	38.256
Provisões Líquidas	-	-	(29.083)	53.621	24.538
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	2.789	2.789
Outros Custos e Despesas	5.195	4.569	39.076	6.654	55.494
	1.281.765	84.931	38.147	66.122	1.470.965

Notas Explicativas



29. Informações Complementares da Celesc G

29.1. Balanço Patrimonial

	31 de março 2014	31 de dezembro 2013
Ativo		
Circulante	98.419	62.996
Caixa e Equivalentes de Caixa	56.903	50.505
Contas a Receber de Clientes	38.895	12.180
Estoques	10	10
Tributos a Recuperar	2.611	301
Não Circulante	256.877	262.156
Tributos a Recuperar	83	83
Depósitos Judiciais	88	72
Investimentos	31.967	31.668
Imobilizado	215.656	221.068
Intangível	9.083	9.265
Total do Ativo	355.296	325.152
	31 de março 2014	31 de dezembro 2013
Passivo		
Circulante	28.698	29.492
Fornecedores	1.358	2.503
Tributos e Contribuições Sociais	20.296	20.185
Taxas Regulamentares	1.328	2.056
Outros Passivos	995	27
Dividendos Propostos	4.721	4.721
Não Circulante	18.970	20.021
Tributos Diferidos	11.913	13.633
Provisão para Contingências	3.093	2.945
Taxas Regulamentares	3.964	3.443
Patrimônio Líquido	307.628	275.639
Capital Social Realizado	128.000	128.000
Reservas de Lucro	42.704	42.704
Ajuste de Avaliação Patrimonial	96.946	104.935
Lucro/Prejuízo Acumulado	39.978	-
Total do Passivo	355.296	325.152

Notas Explicativas



29.2. Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

Descrição	31 de março 2014	31 de março 2013
Receita Operacional Líquida – ROL		
Receita	57.808	21.095
Custos Operacionais		
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(8.400)	(9.308)
Lucro Operacional Bruto	49.408	11.787
Despesas Operacionais	(2.313)	(3.233)
Despesas com Vendas	(158)	-
Despesas Gerais e Administrativas	(1.599)	(2.672)
Outras Despesas Operacionais	(576)	(384)
Resultado da Equivalência Patrimonial	20	(177)
Resultado do Serviço	47.095	8.554
Resultado Financeiro	1.287	13
Receitas Financeiras	1.651	431
Despesas Financeiras	(364)	(418)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	48.382	8.567
IRPJ e CSLL	(16.393)	(1.257)
Corrente	(18.113)	(2.975)
Diferido	1.720	1.718
Lucro/Prejuízo do Exercício	31.989	7.310

29.2.1. Receita Operacional

Descrição	31 de março 2014	31 de março 2013
Receita Operacional Bruta – ROB		
Fornecimento de Energia Elétrica (a) - Industrial	7.424	10.435
Fornecimento de Energia Elétrica (a) - Comercial	3.555	-
Suprimento de Energia Elétrica (a)	4.052	14.076
Energia Elétrica de Curto Prazo (a)	46.760	-
	61.791	24.511
Deduções da Receita Operacional		
ICMS	-	(1.379)
PIS	(575)	(363)
COFINS	(2.650)	(1.674)
Reserva Global de Reversão – RGR	(758)	-
	(3.983)	(3.416)
Receita Operacional Líquida – ROL	57.808	21.095

Notas Explicativas



a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31.03.2014	31.03.2013	31.03.2014	31.03.2013	31.03.2014	31.03.2013
Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica						
Industrial	10	8	54.184	36.019	7.424	8.130
Comercial, Serviços e Outros	1	1	22.308	8.456	3.555	2.305
Suprimento de Energia	34	8	23.064	28.074	4.052	9.974
Energia de Curto Prazo (CCEE)	-	-	60.410	29.156	46.760	4.102
Total	45	17	159.966	101.705	61.791	24.511

(i) Informações não revisadas

29.2.2. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	31 de março de 2014				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	594	-	-	-	594
Pessoal	1.579	999	49	-	2.627
Material	23	9	-	-	32
Custos e Serviços de Terceiros	477	167	93	-	737
Depreciação e Amortização	12.769	185	-	-	12.954
Compensação Financeira Recursos Hídricos	(7.043)	-	-	148	(6.895)
Provisões Líquidas	-	-	-	289	289
Taxa Fiscalização ANEEL	-	-	-	139	139
Outros Custos e Despesas	1	239	16	-	256
	8.400	1.599	158	576	10.733

Descrição	31 de março de 2013				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.901	-	-	-	1.901
Pessoal	1.504	1.979	-	-	3.483
Material	11	12	-	-	23
Custos e Serviços de Terceiros	510	377	-	-	887
Depreciação e Amortização	12.402	184	-	-	12.586
Compensação Financeira Recursos Hídricos	-	-	-	338	338
Provisões Líquidas	(7.040)	8	-	-	(7.032)
Taxa Fiscalização ANEEL	-	-	-	46	46
Outros Custos e Despesas	20	112	-	-	132
	9.308	2.672	-	384	12.364

30. Reajuste Tarifário da Celesc D

A ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 1.574, de 30 de julho de 2013, homologou as Tarifas de Energia – TEs e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição – TUSDs dos consumidores atendidos pela área de concessão da Celesc D.

O reposicionamento tarifário da Celesc D foi em média 15,37% (quinze vírgula trinta e sete por cento), sendo 14,50% (quatorze vírgula cinquenta por cento) referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 0,87% (zero vírgula oitenta e sete por cento) relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio percebido pelos consumidores do Grupo A e B foi de 13,73%.

Notas Explicativas



O valor das tarifas praticado pela Celesc D a partir de 07 de agosto de 2013 a 06 de agosto de 2014, pode ser observado na tabela a seguir:

Subgrupo/Classe	Reajuste
A1 (230 kV ou mais)	19,15%
A2 (88 a 138 kV)	10,85%
A3 (69 kV)	16,62%
A3a (30 a 44 kV)	19,80%
A4 (2,3 a 25 kV)	14,10%
B1 (Baixa Tensão – Residencial e Baixa Renda)	12,90%
B2 (Baixa Tensão – Rural)	17,98%
B3 (Baixa Tensão – Demais Classes)	13,00%
B4 (Baixa Tensão – Iluminação Pública)	18,00%

Fonte: ANEEL

31. Medida Provisória nº 627/2013

Em 11 de novembro de 2013, o Governo Federal emitiu a MP nº 627, que altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, ao Programa de Integração Social – PIS e a Contribuição para o para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e outras providências, e Instrução Normativa – IN nº 1397, de 16.09.2013, alterada pela IN nº 1422 de 19 de dezembro de 2013.

Embora a MP nº 627/13 entre em vigor a partir de 1º de janeiro 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro 2014. Tramitam na Câmara dos Deputados e pelo Senado emendas para alteração da MP, sendo que, a Receita Federal do Brasil ainda não editou as regras para a adoção.

A Administração ainda não concluiu se irá ou não efetuar a opção pela adoção antecipada e aguardará a conversão em Lei da MP nº 627/13 e o disciplinamento de diversas matérias pela Receita Federal do Brasil, para uma análise mais aprofundada e conclusiva, pois a medida provisória possui um número relevante de emendas propostas, com possibilidade de que algumas das suas disposições sejam alteradas e/ou esclarecidas.

De acordo com as análises preliminares da Administração, não foram identificados impactos relevantes decorrentes da distribuição de lucros nos últimos cinco anos, do limite de dedução de juros sobre capital próprio e do excedente ao limite de isenção de tributação do resultado do Método de Equivalência Patrimonial – MEP nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.



Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

1. Ativos e Passivos Regulatórios

Destina-se a contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, incluídos na conta de Compensação da Variação dos Custos da “Parcela A” – CVA, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores conforme determinado nas Portarias Interministeriais nº 25 e nº 116, de 24 de janeiro de 2002 e 04 de abril de 2003 respectivamente, e disposições complementares da ANEEL. O saldo dessa conta é atualizado com base na taxa de juros utilizada pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia – Selic.

a) Conta de Compensação de Variação de Custos da “Parcela A” – CVA

	31 de dezembro 2013	Adição	Baixa	Atualização	Amortização	Consolidado 31 de março 2014
ATIVO						
Conta de Cons. de Combustível – CCC	7.368	-	-	156	(2.996)	4.528
Energia Comprada p/ Revenda	187.143	262.617	-	9.465	(403)	458.823
Energia Comprada p/ Revenda – LP	95.475	445.357	(492.609)	-	-	48.223
Uso da Rede Básica	2.489	1.214	-	54	-	3.757
Transporte de Energia de Itaipu	951	-	-	19	(373)	597
Proinfa	9.126	1.820	(563)	206	(2.977)	7.612
Total	302.552	711.008	(493.172)	9.900	(6.749)	523.539
Circulante	207.077	265.651	(563)	9.900	(6.749)	456.765
Não Circulante	95.475	445.357	(492.609)	-	-	48.223
PASSIVO						
Conta de Desenv. Energético – CDE	(2.318)	-	-	(49)	942	(1.425)
Encargos de Serviço do Sistema – ESS	(64.023)	(81.838)	-	(2.994)	388	(148.467)
Encargos de Serv. do Sist. – ESS – LP	(27.488)	(53.697)	54.767	-	-	(26.418)
Uso da Rede Básica	(7.856)	-	-	(166)	3.194	(4.828)
Total	(101.685)	(135.535)	54.767	(3.209)	4.524	(181.138)
Circulante	(74.197)	(81.838)	-	(3.209)	4.524	(154.720)
Não Circulante	(27.488)	(53.697)	54.767	-	-	(26.418)
Saldo da CVA	200.867	575.473	(438.405)	6.691	(2.225)	342.401

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Descrição	Consolidado	
	31 de dezembro 2013	31 de março 2014
CVA 2013 – Período de 08.08.2012 a 07.08.2013	5.471	3.362
CVA 2014 – Período de 08.08.2013 a 07.08.2014	195.396	339.039
Total	200.867	342.401

b) Outros Ativos Regulatórios

Descrição	31 de dezembro 2013	Amortização	31 de março 2014
Outros Itens Financeiros IRT	53.853	(23.080)	30.773
Total	53.853	(23.080)	30.773
Circulante	53.853	(23.080)	30.773

c) Outros Passivos Regulatórios

Descrição	31 de dezembro 2013	Amortização	31 de março 2014
Neutralidade Encargos Setoriais	(17.601)	7.543	(10.058)
Total	(17.601)	7.543	(10.058)
Circulante	(17.601)	7.543	(10.058)

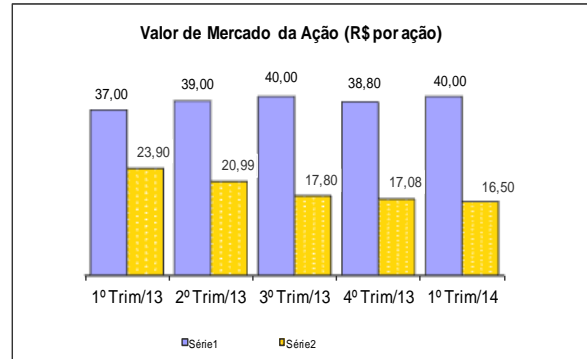
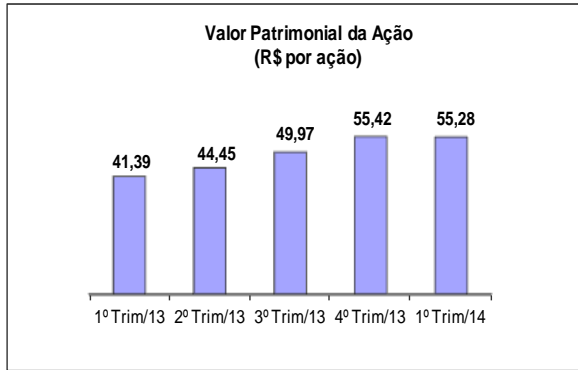
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



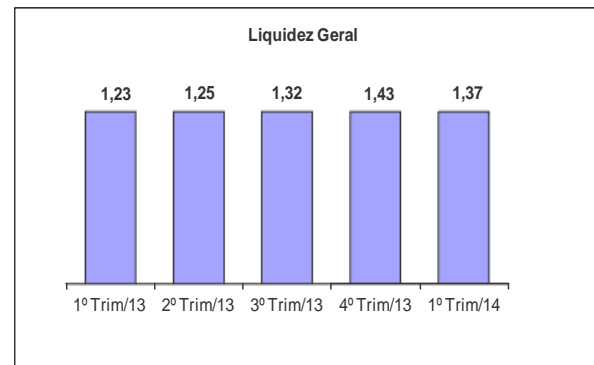
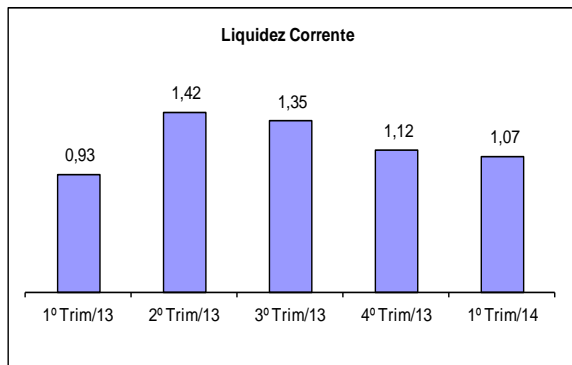
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

2. Indicadores Financeiros

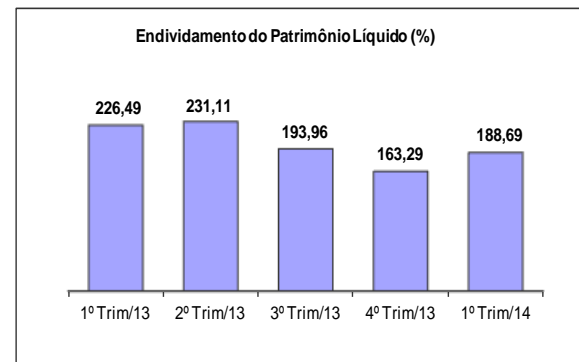
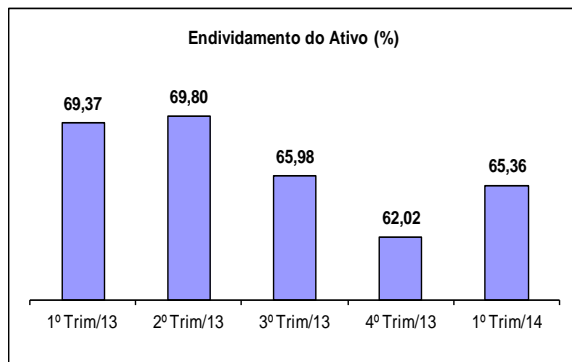
2.1. Patrimoniais



2.2. Liquidez



2.3. Endividamento

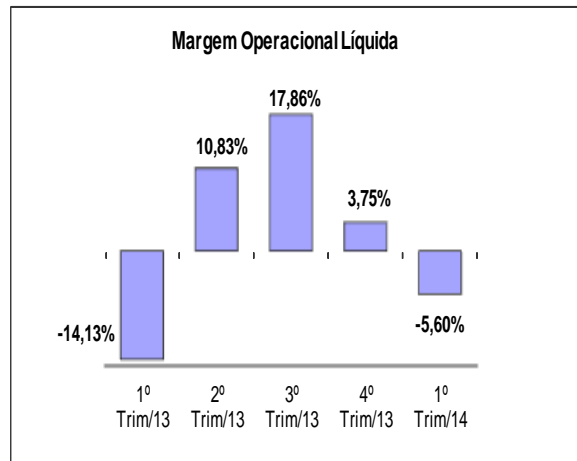
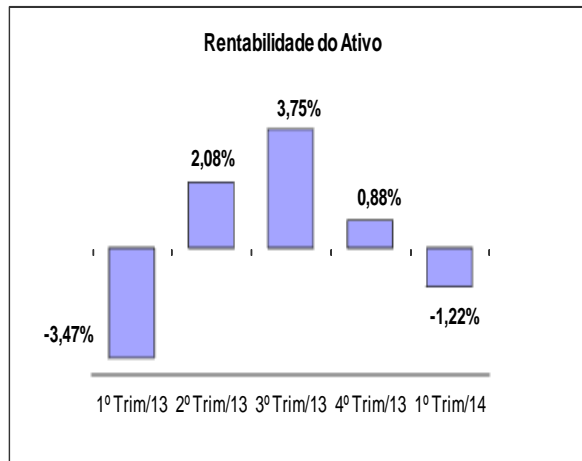
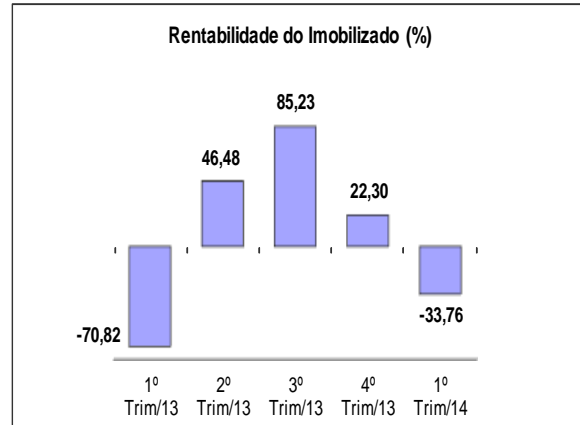
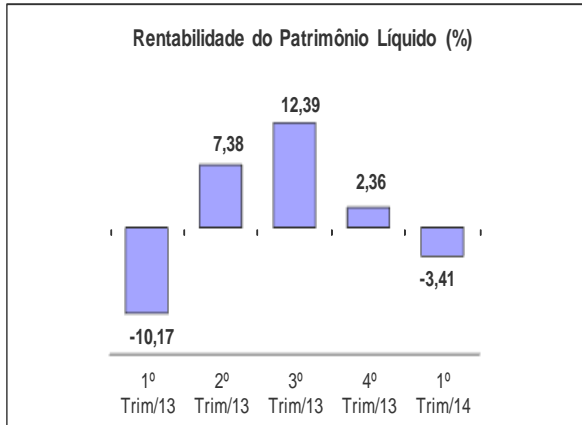


Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

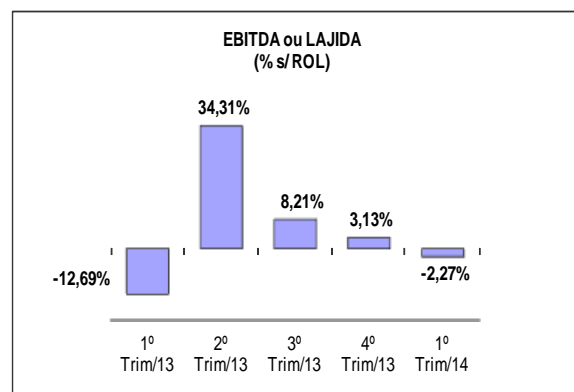
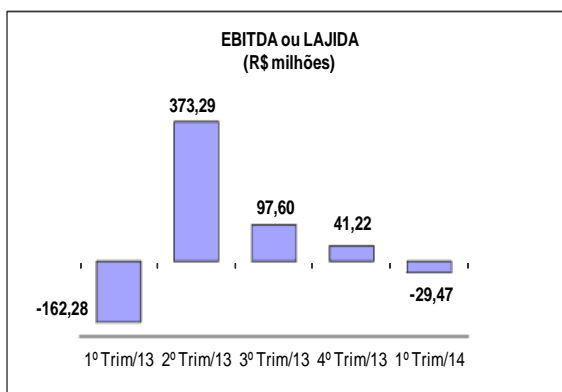


Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

2.4. Rentabilidade



2.5. EBITDA ou LAJIDA

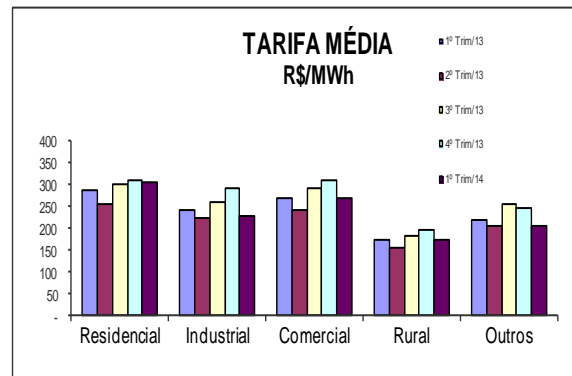
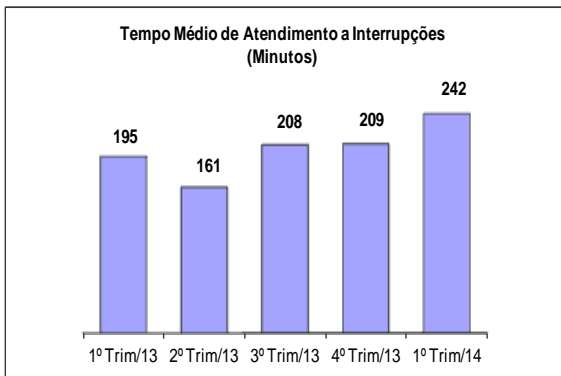
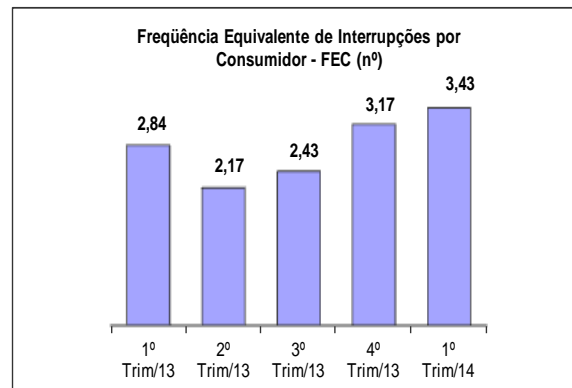
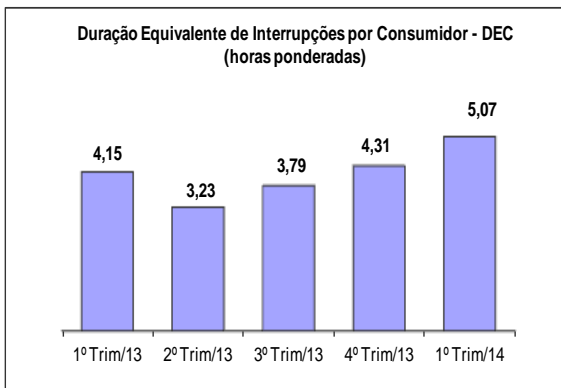
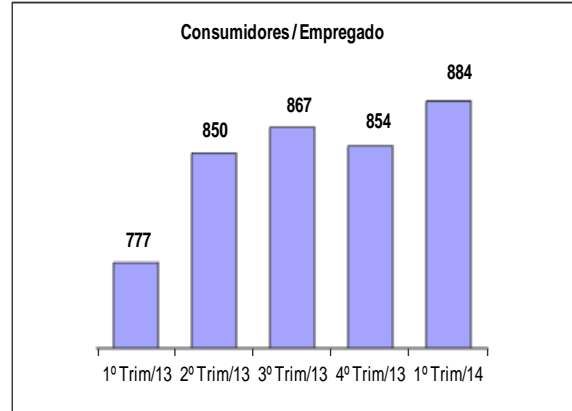
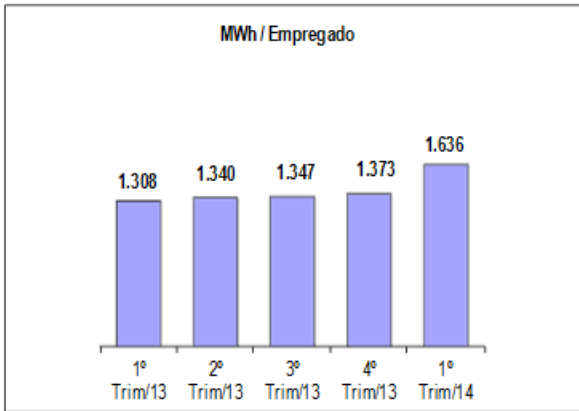


Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

2.6. Eficiência



Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.
Florianópolis - SC

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM .

Ênfase

Lei 12.783/13, Decretos 7.945/13, 8.203/14 e 8.221/14

Conforme mencionado na nota 27.2, a controlada Celesc Distribuição S.A. contabilizou, como redução do custo com energia elétrica, repasses de recursos diretos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2014. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação complementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos

leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Revisão das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do trimestre findo em 31 de março de 2013 e auditoria das informações contábeis, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2013

As informações e os valores correspondentes aos períodos de três meses findos em 31 de março de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente revisados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 15 de maio de 2013, o qual não conteve nenhuma modificação. As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 27 de março de 2014, o qual não conteve nenhuma modificação.

Joinville, 14 de maio de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC n.º 2 SP-011.609/O-8 F-SC

Fernando de Souza Leite
Contador
CRC n.º 1 PR-050.422/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras referentes às Informações Trimestrais da Celesc (individual e consolidada).

Cleverson Siewert
Diretor Presidente

André Luiz Bazzo
Diretor de Gestão Corporativa

Antonio José Linhares
Diretor de Assuntos Regulatórios e Jurídicos

Clairton Belém da Silva
Diretor de Planejamento
e Controle Interno

Eduardo Cesconeto de Souza
Diretor Comercial

Enio Andrade Branco
Diretor de Geração, Transmissão
e Novos Negócios

James Alberto Giacomazzi
Diretor de Distribuição

José Carlos Oneda
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

José Brulino Stähelin
Contador – CRC/SC 18.996/O-8

Florianópolis (SC), 15 de maio de 2014.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, revisaram e concordam com a opinião dos auditores independentes da empresa Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a respeito das Informações Trimestrais da Celesc (individual e consolidada).

Cleverson Siewert
Diretor Presidente

André Luiz Bazzo
Diretor de Gestão Corporativa

Antonio José Linhares
Diretor de Assuntos Regulatórios e Jurídicos

Clairton Belém da Silva
Diretor de Planejamento
e Controle Interno

Eduardo Cesconeto de Souza
Diretor Comercial

Enio Andrade Branco
Diretor de Geração, Transmissão
e Novos Negócios

James Alberto Giacomazzi
Diretor de Distribuição

José Carlos Oneda
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

José Braulino Stähelin
Contador – CRC/SC 18.996/O-8

Florianópolis (SC), 15 de maio de 2014.